

# DIÁLOGOS SOBRE A PANDEMIA

Impactos da pandemia sobre  
a educação no Brasil

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

283

Randolfe Rodrigues  
Cristovam Buarque  
Priscila Cruz

SENADO FEDERAL



Randolfe Frederich Rodrigues Alves, nascido em Garanhuns no interior de Pernambuco, é senador pelo Amapá, filiado à Rede Sustentabilidade. Aos 8 anos de idade, mudou-se para o Amapá com sua família, onde fixou residência e construiu sua vida.

É professor, graduado em História, bacharel em Direito e mestre em políticas públicas pela Universidade Estadual do Ceará e presidente do Conselho Editorial do Senado Federal.

Deputado Estadual por duas vezes, sendo eleito pela primeira vez em 1998 e reeleito em 2002.

Em 2010, foi eleito o mais jovem senador daquela legislatura, tendo obtido a maior votação da história do Amapá: mais de 200 mil votos. Em 2015, filiou-se à Rede Sustentabilidade. Em 2018, foi reeleito senador com mais de 264 mil votos, a segunda votação mais expressiva do Brasil e a maior do Amapá.

Seis vezes escolhido como o melhor senador do Brasil no prêmio Congresso em Foco pelos jornalistas setoristas do Congresso Nacional e seis vezes eleito como um dos “100 Cabeças do Congresso”, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap.

Cristovam Ricardo Cavalcanti é pernambucano do Recife. Formado em engenharia mecânica, também é economista, educador e professor universitário. Foi reitor da Universidade de Brasília de 1985 a 1989. Governador do Distrito Federal de 1995 a 1998. Eleito senador pelo Distrito Federal em 2002 e reeleito em 2010. Ministro da Educação entre 2003 e 2004. Em 2020 passou a ser membro do grupo científico Justiça penal italiana, europeia e internacional do IberoJur. Cristovam Buarque também é conselheiro do Conselho Editorial do Senado Federal (Cedit).

Priscila Cruz é presidente-executiva e co-fundadora do Todos Pela Educação. Mestre em Administração Pública pela Universidade Harvard Kennedy School of Government, tendo recebido o Prêmio de aluna destaque 2014/2015. Graduada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Presidente do Conselho do Instituto Articule e membro dos Conselhos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, do Centro de Estudos de Educação e Inovação em Educação da FGV/RJ e do Instituto Rodrigo Mendes; e membro do Grupo de Estudos de Educação do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp.

# *Diálogos sobre a Pandemia*

Impactos da pandemia sobre a Educação no Brasil



*Senado Federal*

Mesa

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

*Presidente*

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º Vice-Presidente

Senador Irajá

1º Secretário

Senador Rogério Carvalho

3º Secretário

Senador Romário

2º Vice-Presidente

Senador Elmano Férrer

2º Secretário

Senador Weverton Rocha

4º Secretário

*Suplentes de Secretário*

Senador Jorginho Mello

Senador Luiz do Carmo

Senadora Eliziane Gama

*Conselho Editorial*

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

*Conselheiros*

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Cachiollo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Eduardo Bueno

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Heloisa Starling

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Vanderlei dos Santos Catalão

Toni Carlos Pereira

# *Diálogos sobre a Pandemia*

Impactos da pandemia sobre a Educação no Brasil

Edições do Senado Federal

Vol. 283

Brasília - 2021

SENADO FEDERAL



*Edições do  
Senado Federal  
Vol. 283*

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: SEGRAF e Cristiano Ferreira  
Editoração eletrônica: SEGRAF  
Capa: Eduardo Philiply Bombilio

Projeto gráfico: Eduardo Franco  
© Senado Federal, 2021  
Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes s/nº  
CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.gov.br](mailto:cedit@senado.gov.br)  
<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>  
Todos os direitos reservados

ISBN: 978-65-5676-082-7

---

Diálogos sobre a pandemia : impactos da pandemia sobre a educação no Brasil. —  
Brasília : Senado Federal, 2021.  
71 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 283)

1. Educação, Brasil. 2. Pandemia, Brasil. 3. COVID-19, Brasil. I. Série

CDD 370.981

---

# Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>LIVE – Diálogos sobre a Pandemia – 7/8/2020</i>	
<b>Impactos da pandemia sobre a educação no Brasil</b>	11
 <i>Glossário</i>	 51
 <i>Anexos</i>	
<b>Em se ensinando, tudo dá: emergência, melhoria e salto</b>	53
<i>Por Cristovam Buarque</i>	
 <b>A difícil, mas possível, equação da reabertura das escolas</b>	69
<i>por Priscila Cruz e Olavo Nogueira Filho</i>	



# Apresentação

A cada final de ano, em meados do mês de dezembro, já com as luzes de Natal sendo acesas, sempre volta à minha memória a primeira estrofe da poesia *Esperança*, de Augusto dos Anjos:

A Esperança não murcha, ela não cansa,  
Também como ela não sucumbe a Crença,  
Vão-se sonhos nas asas da Descrença,  
Voltam sonhos nas asas da Esperança.

Seguindo essa métrica, no final de 2019, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo país, eu guardava no coração uma grande esperança de que 2020 poderia ser um ano melhor para o povo brasileiro. O cenário não era dos mais favoráveis: o dólar fechava o ano com uma alta de 3,5% e o desemprego passava de 11%; além do que, persistia acima de 4% a taxa de desalento – pessoas que deixaram de procurar emprego por algum motivo –, tudo isso em um ano em que o país sofreu com efeitos da guerra comercial entre Estados Unidos e China e conflitos na Síria, Afeganistão e Iêmen deixavam feridas abertas. Mesmo assim, havia esperança.

O que ninguém sabia é que uma bomba-relógio estava armada e explodiria em 2020, tornando este um ano dos mais desafiadores de toda a história da humanidade. Ainda no último dia de dezembro, autoridades chinesas alertaram para o surgimento de uma série de casos de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan, que tem cerca de 11 milhões de habitantes. Já no ano seguinte, em 7 de janeiro,

a Organização Mundial da Saúde conseguiu analisar o sequenciamento genético causador da doença e descobriu que se tratava do novo coronavírus. O governo chinês rapidamente isolou a cidade do mundo. Trens e aviões partindo de Wuhan foram suspensos, e as rodovias, bloqueadas.

Mas já era tarde: o coronavírus estava em trânsito e se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos com velocidade assustadora. No Brasil as autoridades do Ministério da Saúde tomaram conhecimento de que poderia haver algo errado no dia 3 de janeiro e pediram esclarecimentos à OMS. O Ministério iniciou protocolos para se preparar diante do desconhecido. Somente no dia 11 de março, a OMS elevou o estado de contaminação a pandemia e orientou severamente quanto ao uso de máscaras e distanciamento social. No Brasil o primeiro caso oficialmente confirmado ocorreu em São Paulo no dia 26 de fevereiro, e a primeira morte registrada pelo MS também aconteceu na capital paulista. Foi no dia 12 de março que uma mulher de 57 anos, que estava internada no Hospital Municipal Doutor Carmino Cariccio, perdeu a luta contra a covid-19. Quando escrevo este texto, mais de 160 mil brasileiros perderam a vida, vítimas da pandemia do novo coronavírus, a maioria sepultada sem a presença de seus familiares devido a restrições impostas pelas autoridades sanitárias.

A pandemia por si só é assustadora e traz consigo medo e ansiedade acerca de um futuro incerto. No Brasil o quadro foi piorado drasticamente com o governo federal expondo a própria população a riscos e desinformações. As mortes de milhares de vítimas e o colossal sofrimento de seus familiares formaram cicatrizes indeléveis que vão marcar para sempre o tecido da sociedade brasileira.

Diante desse quadro terrível, o Conselho Editorial do Senado Federal, do qual tenho a honra de ser o presidente, assumiu o firme compromisso de debater com os profissionais mais qualificados do país os vários ângulos que envolvem a questão da mais séria crise sanitária da histó-



ria moderna já enfrentada pela humanidade: a pandemia da covid-19. Sempre com respeito às regras de distanciamento social, decidimos por realizar esse trabalho de forma virtual, recebendo nossos entrevistados via chamadas de vídeo, o que se mostrou uma decisão acertada para a garantia da prevenção da saúde de todos os envolvidos.

Conduzir o projeto “Diálogos sobre a Pandemia” foi uma jornada muito significativa para mim. Nela tive a oportunidade de discutir com meus convidados muitos detalhes que permeiam a crise da pandemia do novo coronavírus e, com isso, conseguimos construir cenários daquilo que poderá ser nossa vida num futuro próximo. O que a pandemia deixa de mais claro é que grandes desafios somente podem ser vencidos com a união de pessoas desapegadas de suas vaidades e governos que coloquem como prioridade a vida humana. Boa leitura!

*Senador Randolfe Rodrigues*

Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal



*LIVE*  
*Diálogos sobre a Pandemia*  
*Data: 7/8/2020*

## *Impactos da pandemia sobre a educação no Brasil*

*Convidados:* Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB e ex-senador representante do Distrito Federal; e a presidente da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz.

*Mediador:* Randolfe Rodrigues, senador representante do estado do Amapá e presidente do Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT)

*Participação:* Esther Bemerguy, vice-presidente do Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT).



*Esther Bemerguy:* É um enorme prazer estar aqui, conversando com a Priscila da Todos pela Educação e com o nosso querido professor Cristovam Buarque. Nós vamos fazer essa *live* como uma atividade do Conselho Editorial do Senado. O Conselho Editorial do Senado é um órgão de mais de 20 anos de trabalho, com mais de 400 livros editados. Esta entrevista tem como objetivo também ser um livro do Conselho Editorial, um registro de personalidades, intelectuais, de como eles estão pensando e vivendo este momento, suas intervenções políticas e como a crise está afetando o país nas suas perspectivas. Nós vamos fazer várias sessões de diálogos sobre a pandemia, tratando dos temas de educação, saúde, etc. Hoje, vamos tratar especificamente da educação: quais as características da educação neste momento de pandemia? Qual é a educação que nós queremos para o futuro do país? No pós-pandemia, quais as possibilidades de construirmos uma educação de qualidade? E como fica a equação do financiamento da educação? Por isso trouxemos a Priscila e o professor Cristovam para esta conversa.

A pandemia teve início no dia 23 de janeiro, mais ou menos, quando o primeiro caso foi identificado, embora haja uma controvérsia muito grande sobre o início da pandemia em cada um dos países, mas esse é o registro oficial. Nós temos, hoje, cerca de 3 milhões de pessoas infectadas e, desde janeiro, cerca de 100 mil mortes. Então, uma realidade como essa impacta muito a vida do país. Este momento histórico vai, com certeza, influenciar muito o país e todos nós, é claro. O impacto da pandemia, inclusive, agora, é maior nas Américas; infelizmente, os Estados Unidos e o Brasil têm hoje uma posição destacada, tanto em número de infectados quanto em número de mortos.

Então, o que eu gostaria de ouvir de vocês, para este registro histórico, é como vocês estão interpretando essa situação e se posicionando politicamente diante desses acontecimentos.

Priscila, a crise educacional provocada pelo coronavírus acentuou muito a desigualdade no Brasil. Alunos da rede privada têm tido muito mais facilidade do que os alunos da rede pública na continuidade do ano letivo. Como você avalia essa diferença no aproveitamento escolar entre os alunos da rede pública e da rede privada?

*Priscila Cruz:* Perfeito, Esther. Boa noite! Boa noite, senador Cristovam Buarque! É sempre uma alegria fazer um diálogo com o senhor. Eu sempre aprendo, fico plagiando, mas faço plágio com autorização, não é, senador Cristovam? Eu uso muitas falas do senador Cristovam em minhas falas por aí, mas sempre menciono que aprendi com ele. Bom, Esther, também é uma alegria estar com vocês aqui.

Desigualdade é um tema muito aparente, e essa inclusive é uma faceta importante do que estamos vivendo hoje. O Brasil é extremamente desigual, e essa desigualdade é extremamente profunda na área educacional. Mas, de certa forma, o brasileiro estava um pouco anestesiado, esse torpor de não querer ver, de ter naturalizado essa desigualdade no país; mas a pandemia revelou, tirou esse pano branco de cima da desigualdade, agora a enxergamos muito mais fortemente; a percepção do brasileiro cresceu em relação à desigualdade. Esse é um ponto positivo, porque no fundo a pandemia intensificou processos já existentes no Brasil, essa desigualdade foi revelada aos brasileiros. Isso faz com que discutamos mais essa desigualdade, mais do que isso, porque também na educação, mais especialmente, temos esse cacoete da retórica vazia de que todo mundo apoia a educação, todo mundo fala que a educação é a base de tudo, todo mundo diz que a educação é a política mais importante, e, olha só, a educação não é a prioridade do Brasil; ainda mais agora nessa

pandemia. Mas, ao revelar a desigualdade, podemos falar em soluções. Você mencionou, Esther, uma das soluções que eu acho hoje uma das políticas mais sofisticadas, mais bem construídas, que é o novo Fundeb. O novo Fundeb é um exemplo de política educacional para o combate à desigualdade. Porque o novo Fundeb investe mais em quem menos tem. Essa é a lógica do combate à desigualdade, não é o tratamento igual para todo mundo, precisamos dar mais para quem menos tem. Então, para as escolas que atendem os alunos mais pobres, os municípios mais pobres, os locais com maiores dificuldades, inclusive agora na pandemia: a conectividade, aparelhos, gestão nas secretarias, mas, depois da pandemia, formação de professores, infraestrutura de escolas; para isso tudo precisaríamos fazer um grande pacto no país de assumir: os alunos mais pobres precisam ter as melhores escolas! Os alunos mais pobres precisam ter melhores professores! Essa política que direciona mais recursos para quem menos tem e para quem mais precisa é um exemplo, e o Fundeb é um exemplo de políticas públicas. Eu até gostaria que o Fundeb fosse mais arrojado ainda do que é, mas, enfim, o senador Cristovam Buarque sabe que a concertação política nem sempre faz ser possível trabalharmos nessa radicalidade, porque, às vezes, é importante ser radical nas nossas posições. Mas é uma política nesse sentido de combater a desigualdade, porque, para além das desigualdades nacionais, teremos a “geração covid” brasileira ficando atrás da “geração covid” de outros países que conseguiram controlar a pandemia.

Quero só fazer a transição para outro tema, antes de concluir e passar para o senador Cristovam: é sobre como o Brasil não controlou a pandemia, não está controlando a pandemia, está num patamar muito alto da pandemia, numa média mais ou menos de mil mortos por dia há muito tempo. Ao não controlar a pandemia, o principal afetado é o aluno, porque o aluno não pode retornar para a escola enquanto não controlarmos a pandemia: e a educação é afetada, a desigualdade se



expande; temos uma questão muito grande, que é muito triste no país, que é o potencial aumento da evasão escolar. Esses alunos, quanto mais tempo ficarem em casa, mais enfraquecerão o seu vínculo com a escola, maior a chance de termos uma explosão da evasão escolar.

Temos uma situação muito angustiante, muito grave no país, que é o retorno dessas aulas presenciais, porque é com a aula presencial que conseguiremos voltar a ter a possibilidade de ter uma educação de qualidade no país; no entanto, não dá para voltar às aulas nessa situação de pandemia num patamar tão alto. E aí o que acontece é isso: os países que conseguiram controlar a pandemia antes, ou conseguiram controlar essa pandemia em menos tempo, as crianças conseguem voltar para as escolas, e assim teremos também uma diferença interglobal, para além de toda essa desigualdade que temos aqui no país. Essa nossa “geração covid”, a brasileira, vai ficar mais atrás ainda em relação às “gerações covid” de outros países.

*Esther Bemerguy:* Você abordou um ponto muito importante: além da desigualdade interna dos países, há a desigualdade também entre os países, que, tudo indica, vai se aprofundar e atingir as próximas gerações, pelas questões que você já relatou.

Professor Cristovam, gostaria que o senhor, além de abordar a questão das desigualdades educacionais, considerando a sua experiência, nos trouxesse uma apreciação sobre os programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola, que o senhor implementou em Brasília, como o programa Renda Brasil, e a possibilidade de uma renda universal. Como esses programas poderiam ajudar na redução das desigualdades sociais?

*Cristovam Buarque:* Boa noite! Boa noite a você, boa noite a todos que estão conosco. Tenho um grande prazer e orgulho de ser do Conselho Editorial do Senado Federal, graças ao senador Randolfe, que me convidou.

Fico muito satisfeito, especialmente por estar debatendo com essa figura formidável, que é uma das grandes batalhadoras pela educação no Brasil, que é a Priscila do “Todos pela Educação”. Priscila hoje é conhecida como “*Priscila do Todos*”. E também fico muito satisfeito por ter sido convidado para discutir este tema.

Quero começar com a frase que a Priscila falou sobre a radicalidade. Priscila, digo o seguinte: nós nunca devemos perder a radicalidade e nunca devemos nos perder na radicalidade. Sempre é preciso ter uma visão radical, mas sem deixar de olhar o presente. E é nesse sentido que eu quero colocar para vocês que a desigualdade que nós estamos vivendo hoje na educação, ela já existia. Eu creio que ela nem piorou. Ela é tão grave que é difícil piorar.

Aquele grande ator, Will Smith<sup>1</sup>, quando houve aquele fato com o Floyd<sup>2</sup>, que foi assassinado sob o joelho de um policial, o Will Smith disse uma frase muito importante. Ele disse: “o racismo não surgiu, ele apareceu, porque agora a gente transmite pela televisão”. É mais ou menos o mesmo agora: o que esta epidemia fez foi mostrar a desigualdade. Ela já existe, só que ela tem que ser enfrentada também, porque ela vai trazer problemas muito sérios. Não só de desigualdade, mas também de queda da qualidade também da educação dos ricos. Vai cair tudo, e aí teremos que enfrentar. Teremos que enfrentar, por exemplo, como dito pela Priscila, o abandono escolar. Teremos que fazer uma repescagem dos alunos que estão deixando a escola, sobretudo no ensino médio. E aqueles que abandonam no meio: vão um dia, não vão o outro. As

---

1 Willard Christopher Smith Jr., rapper, ator, produtor cinematográfico, musical e de televisão norte-americano.

2 George Perry Floyd Jr. (1973-2020), jogador de futebol americano afro-americano assassinado durante abordagem policial em 25 de maio de 2020, em Minnesota, EUA, culminando em uma onda de protestos contra o racismo.

crianças estão se acostumando muito a não ir à escola. Mesmo quando voltar, muitas delas não irão todos os dias.

Nós temos que cuidar do apagão cognitivo de ficar este período sem aulas e de algo que pouca gente está falando e que um neurologista me chamou à atenção: é que o cérebro, não sendo utilizado, sobretudo daqueles que estão entre os 10 anos de idade, o cérebro sofre um certo atrofiamento, como os músculos.

Nós vamos precisar resolver o problema dos traumas que essas crianças adquirem. Ficar 90, 120 dias sem poder abraçar o avô, com medo não só da morte dos outros, mas de serem a causa da morte.

Nós precisamos cuidar das escolas públicas e privadas que estão fechando; dos professores que estão abandonando a carreira; das escolas públicas e privadas que não vão abrir. As pessoas vão estar lá, mas os professores encontraram outras atividades neste período. A depredação que está havendo... pouca gente fala em prédios e equipamentos.

A epidemia exige uma emergência. Ao lado disso é preciso retomar o que estamos fazendo. E aí é preciso aproveitar o fato de que o Fundeb não foi extinto. Deve-se, em grande parte, a pessoas como a Priscila que o Fundeb continua. É preciso aproveitar. Inclusive, o Fundeb já tem 20 anos, se contarmos desde o tempo do Fundef, mas melhorou. Entretanto, é preciso assumir que isso não será suficiente para o grande salto que a educação precisa fazer.

É aí, Priscila, que eu entro na parte da radicalidade. Até aqui foi “eu não me perdi na radicalidade”, agora é: “não quero perder a radicalidade”. A gente precisa sonhar em termos a melhor educação do mundo e o filho do pobre estudar na mesma escola que o filho do rico. Isso é um propósito que nós só vamos conseguir quando houver um grande consenso nacional por isso. Consenso que vai encontrar o recurso, senão para fazer em pouco tempo, para fazer em um tempo mais longo, como, aliás, todos os países fizeram ao longo de 20, 30 anos. Nenhum país dá um

salto na sua educação de qualidade igual para todos, em pouco tempo. Além disso, é preciso ter o consenso de querer fazer e saber como fazer. Eu continuo achando que o caminho para que seja igual é nós começarmos a ter o governo nacional ocupando mais a função de responsabilidade na educação de base. Só o recurso do Fundeb é muito pouco. E só jogar dinheiro no município é muito pouco. Tem município que, se você inundar de dinheiro, não vai conseguir melhorar a educação, falta expertise para fazer funcionar. Os professores de lá, mesmo ganhando bem, mesmo com curso, não vão ter o mesmo nível. Nós precisamos fazer com que, do jeito que tem Banco do Brasil, tenha escola: a escola do Brasil em cada cidade.

Isso vai reduzir substancialmente a pobreza. Uma renda mínima – como o próprio nome diz, mínima – vai tirar as pessoas da penúria, do mapa da fome, não muito mais que isso. Eu defendo a renda mínima vinculada: a pessoa ganha o dinheiro para que seu filho estude; ganha o dinheiro para sair do analfabetismo, ganha o dinheiro em projetos de colocar esgoto e água nas casas. Gera-se o emprego, que dá a renda, e gera-se o saneamento. Temos que mudar a ideia da linha da pobreza conforme a renda para o muro da pobreza, conforme tem ou não acesso ao que é essencial. Sair da pobreza é ter acesso ao essencial. Para ter acesso ao essencial é preciso de uma renda. Longe, entretanto, de que a renda baste. Então, sou um defensor do que eu tenho chamado de renda inclusiva, e o grande exemplo foi a Bolsa Escola, que era bolsa e era escola. Quando surgiu, o Bolsa Família misturou quem tem filho com quem não tem. Todos precisam, mas tinha que ser separado. Saiu do MEC e foi para o Ministério do Desenvolvimento Social, que na verdade é da assistência social, então perdeu as características. Finalmente, uma coisa que vocês falaram e que eu quero tocar é que, mesmo quando a gente tem melhorado nesses últimos 20 e 30 anos, e melhoramos, ficamos para trás e criamos três brechas que se ampliam: a brecha da educação

dos pobres e dos ricos, melhorou muito a educação dos pobres, mas a dos ricos melhorou mais; a brecha entre o Brasil e os outros países, que estão fazendo o dever de casa; e, sobretudo, a brecha entre o que uma pessoa aprende e o que ela precisa saber: cresce mais depressa o que a gente precisa saber do que a qualidade da escola e o que ela nos ensina. Temos que parar o aumento dessas três brechas, e eu não vejo outra maneira do que hoje melhorar, mas não perder a radicalidade do saltar. Saltar para mim é aumentar ao máximo a presença do estado nacional da educação.

*Esther Bemerguy:* Retornando para a Priscila, aproveitando essa introdução que o professor Cristovam fez sobre a questão interfederativa, eu lhe pergunto sobre o papel do MEC na administração dessa crise, especialmente na coordenação de iniciativas com os estados e municípios e na elaboração de políticas emergenciais.

*Priscila Cruz:* O governo federal tem um papel muito importante na educação básica, apesar de termos uma sucessão de ministros que negaram esse papel e que fazem uma interpretação equivocada da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O governo federal tem um papel de suplementação e de coordenação do sistema, inclusive vamos começar a discutir no Congresso Nacional e no Senado e na Câmara. Os dois têm papel nessa discussão e já há discussões avançadas neste sentido, que é para a criação de um sistema nacional de educação. Da mesma forma que temos o SUS na saúde, o SUAS na assistência, o Sistema de Segurança Pública, precisamos ter um sistema nacional na educação. Certamente, se tivéssemos, não estaríamos atravessando essa tempestade perfeita na educação, porque tem vários elementos se combinando para atrasar e prejudicar a educação brasileira, mas, se tivéssemos um sistema nacional de educação, teríamos

mais instrumentos, uma carta náutica mais clara de como navegar nesta tempestade toda. Mas, mesmo sem o sistema nacional de educação, com o que temos de legislação, isso já permite uma cobrança dessa omissão enorme e imperdoável. Desculpe, Cristovam, a minha radicalidade, acho que é importante perdoarmos o nosso passado, mas essa ausência, essa omissão do Ministério da Educação, além de custar vidas de oportunidades, vidas futuras, isso vai custar tremendamente o desenvolvimento social e econômico do país, como a educação de fato é a base, porque o crescimento econômico está relacionado à educação, à distribuição de renda, ao combate à violência, a políticas de segurança pública, saúde, cidadania, o grau de maturidade da nossa democracia... Tudo isso realmente passa pela educação. Então, o fato de o governo federal ter sido tão omissivo nesse período eu avalio como algo imperdoável; algo que tem feito com que estados e municípios tenham poucas diretrizes e ações muito concretas. Então, por exemplo, uma das primeiras ações, que inclusive sugerimos várias vezes, tentando estabelecer um diálogo com o Ministério da Educação, foi a montagem de um gabinete de enfrentamento da crise da covid na educação. Um gabinete tripartite, um gabinete interfederativo e também interinstitucional, porque aqui estamos dizendo o seguinte: para além dos três entes (União, estados e municípios), a gente precisa fazer pactuações prévias com o sistema de justiça, com o Legislativo, para poder acelerar as medidas necessárias. O Congresso Nacional tem dado respostas muito importantes, o próprio Conselho Nacional de Educação, mas muito por iniciativa própria, não porque havia uma coordenação prévia, uma pactuação prévia, e essa pactuação prévia, ela sempre, ou ela deveria ter sido feita a partir de um monitoramento muito cuidadoso da situação da pandemia afetando a educação.

Podemos até criticar a forma como o Ministério da Saúde emite seus relatórios de números de casos novos, de mortes, mas pelo menos temos informação sobre a pandemia. Na educação não temos informação

nenhuma. Quantos alunos estão em ensino remoto? Quantos não estão? Qual tem sido o aproveitamento? Qual tem sido, inclusive, o impacto emocional e também o impacto na saúde mental desses alunos? Eu costumo não trazer exemplos mais domiciliares, mas eu tenho duas filhas pequenas em ensino remoto – um bom ensino remoto. Elas estão profundamente afetadas, estão cansadas, estão irritadas, porque é óbvio que a gente sente falta do humano, e a educação é basicamente relação humana, vínculo: vínculo com professor, vínculo com a escola. Mas, enfim, esse monitoramento que é o básico, que é um bom diagnóstico. É o básico para qualquer pensamento em relação a soluções necessárias para a gente poder minimizar, mitigar os efeitos da pandemia na educação e já preparar a retomada com bons planejamentos, com as ações necessárias para a gente conseguir também avançar mais rápido e numa terceira dimensão. Esse ponto que o senador coloca aqui, que está faltando – e de fato está – uma reação à altura do que a gente está vivendo no país. A pandemia está afetando brutalmente a educação brasileira, brutalmente. Aprendizagem, aumento da desigualdade; um aumento potencial da evasão. Ela já afetou, como o próprio senador mencionou, a questão cognitiva, o desenvolvimento de uma criança ou de um jovem, quando levamos em consideração o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social, nessas quatro dimensões temos o desenvolvimento dessas crianças sendo afetado. Então, para o tamanho do que está acontecendo na educação brasileira e pela importância da educação brasileira, inclusive para a reconstrução do país, o que está acontecendo em termos de reação é de uma timidez imperdoável. Uma timidez que vai cobrar um preço gigantesco para cada uma dessas crianças, para o país, para todos os brasileiros, porque a gente tem uma ideia equivocada, infelizmente, aqui no Brasil e em outros países, mas aqui no Brasil especificamente, que é: educação é meu direito, direito dos meus filhos, mas a gente precisa dar um salto de desenvolvimento



civilizatório, que é pensar que o direito da criança que eu nunca vou conhecer, do interior do Piauí, do interior de Santa Catarina, aquela criança que eu nunca vou encontrar na vida, a educação dela é meu direito também. Importa a todos nós, porque, quando a educação for de qualidade para todos, não só para o meu entorno, mas para todos os brasileiros, é quando realmente poderemos ter um país melhor para todo mundo, inclusive para mim. Então, essa ideia ainda está distante de ser algo corriqueiro no Brasil; muito pelo contrário, ainda temos um pensamento muito individualista em relação à educação, mas sou otimista, acho que estamos avançando nesse ponto. A pandemia pode ajudar, mas, em resumo, o Ministério da Educação, em tudo que ele poderia ter feito, ele não fez nada, essa é a verdade. Nada do que deveria ter sido feito, e acho que, no momento em que o Brasil mais precisou de um Ministério da Educação forte, atuante, que entendesse as emergências, entendesse também o trabalho estruturante que ele precisaria começar agora para poder recuperar a educação mais para a frente, nada foi feito. Isso me toca, isso me angustia, porque eu fico pensando na quantidade de crianças e jovens que vão ter a sua vida afetada, profundamente afetada, por conta dessa omissão.

*Esther Bemerguy:* Priscila, você trouxe questões importantíssimas para o debate, você fez uma relação que poucas pessoas fazem entre educação e desenvolvimento. Não é só a educação que está sofrendo; pode-se prever o comprometimento do desenvolvimento econômico e social do país nos próximos anos.

Passo para o professor Cristovam, lembrando a sua defesa permanente da necessidade de um salto educacional para legar ao país uma educação de qualidade e assegurar a equidade. Qual a sua mensagem, considerando que, além da dificuldade que nós já tínhamos no período anterior à pandemia, vêm se juntar as que a Priscila destacou?

*Cristovam Buarque:* Vou começar por uma coisa que a Priscila falou, que a educação de qualquer criança brasileira deveria ser o direito de todos nós brasileiros. Eu gostei muito disso. Para isso, a gente precisa fazer uma reforma na Constituição; uma coisa que eu lamento, no tempo em que eu fiquei no Senado, foi não ter tomado essa iniciativa.

Aquele artigo que diz que a educação é um direito tem que dizer também que a educação é o motor do progresso do país. Não é apenas direito de cada um, é também o progresso de todos, para dar essa consciência.

Priscila, eu tenho citado muito uma coisa. Os navios negreiros tinham escravos que deixavam de comer, porque queriam morrer. Pois bem, os donos dos escravos os obrigavam a comer, porque não queriam que eles morressem. Os escravos pulavam no mar. Existia um marujo em cada navio, para não deixar o escravo saltar ao mar. Por interesse, não por humanismo.

Nós não temos ninguém nem fazemos nada para que as coisas sejam tão boas que nenhuma criança saia da escola. E uma criança que sai da escola, antes de concluir o seu ensino médio, ela está se suicidando, de alguma forma, intelectualmente. Ela não morre, mas ela não vai ter um bom emprego, não vai saber se comunicar bem.

Então você tem razão, Priscila, precisamos criar essa consciência de que educação não é apenas um direito de cada um, mas é o progresso de todos. Portanto, é também o direito de cada um da gente que os filhos de todos os outros estudem. E, aí, vamos falar do atual governo.

Quando analisamos a história da educação brasileira, até esse governo passar, não é uma história bonita. Nós temos que assumir a responsabilidade, eu mais que vocês, porque eu fui ministro, embora só por um ano. Não é uma boa história o que a gente deixou. Agora, quando a gente vai daqui a dez anos, quando for se ver a história desse governo, ninguém vai acreditar que houve tanta irresponsabilidade, tanto descaso, tanto despreparo, tanta falta de patriotismo, tanta falta de entender a

importância da educação. Nós seremos criticados, eles vão ser, não é nem criticados, eles vão ser vistos como não existentes, como malucos. É uma tragédia em cima da tragédia.

Eles não pegaram um bom quadro educacional não, diferente, por exemplo, das relações externas. Quando esse governo chegou, o Brasil tinha uma política externa ativa no mundo. Competente. Eles desorganizaram as relações exteriores, tomaram posições que vão demorar 20 anos para recuperar. Na educação não, eles chegaram e estava ruim, mas eles estão desfazendo o pouco que se fazia. E essa é uma tragédia que precisamos superar, por um lado, tecnicamente, temos até discordância, uns como é que deve ser feito, outros temos discordância na ambição, eu insisto que falta ambição pela educação no Brasil.

O Brasil – eu brinquei um dia desses –, no que se refere à educação, é como se comemorasse na próxima Copa perder da Alemanha de seis a um. Ninguém vai ficar contente se perder de seis a um, mas o Brasil vai comemorar se passar da 56ª ou 55ª para a 52ª posição. Nós precisamos de ambição. Agora, a radicalidade da ambição não pode esconder a necessidade de fazer coisas concretas hoje; por isso, a importância do Fundeb.

Temos uma *margenzinha* melhorando, mas ficando para trás por causa das brechas que você falou, e estão se ampliando essas três brechas. Vamos ter que lutar para não deixar piorar, mas vamos também começar a trabalhar com estratégias de médio e longo alcance, que vão exigir esforço de quem quiser convencer o Brasil. Por isso que gosto muito do “Todos Pela Educação”. Começa pelo nome: Todos. Todos Pela Educação.

Educação não pode ser *vibe* de professor apenas, de pedagogo ou de nós, que nos interessamos. Educação tem que ser uma questão de todos, tem que ser uma questão para todos. Não faz sentido apenas poucos quererem uma boa educação e não vai adiantar para o país que essa boa educação seja para poucos. Todos pela educação e educação para todos.

Convencer a opinião pública disso vai ser difícil e eu vou concluir dizendo: a Priscila diz que é otimista, eu hoje sou pessimista. Mas vou continuar na luta. Por quê? Porque eu creio que nós temos duas razões atávicas dentro da gente, Brasil, que fazem não ter ambição em educação.

Primeiro, é alguma coisa que é da formulação da mente brasileira. Nós não nos sentimos – essa é a verdade, muitos não gostam de ouvir – aptos para disputarmos quantos prêmios Nobel vamos ter, daqui a 50 anos, não vamos falar demagogia não.

Todo ano os brasileiros olham para Zurique, porque lá está a Fifa que entrega a Bola de Ouro. Não tem brasileiro que olhe para Estocolmo, para ver quem vai ser o Prêmio Nobel de Física. Nós não somos um país, um povo, ricos e pobres, que tenha tara pela educação, como alguns povos têm. Eu cito os israelenses, por exemplo. É uma tara maravilhosa, que eles fazem e sentem por educação.

E segundo, os 350 anos de escravidão, que nos deixaram na mente a ideia de que a educação não é boa necessariamente para todos. Por muitos anos era para os brancos, agora é para os ricos.

Nós despertamos para o racismo, mas ainda não despertamos para o “rendismo”, de renda. O preconceito por renda. É aquele preconceito que diz: “não, você não entra em uma escola boa porque não tem dinheiro”. Quem entra na escola boa é quem tem dinheiro. Isso é uma espécie de racismo no dinheiro, é um “rendismo”. E, olhe, as próprias palavras “racista” e “racismo” não existiam no dicionário até os anos 30 do século passado. A palavra “rendismo” não existe, eu fui olhar. O “rendismo”, nesse sentido de preconceito contra os que não têm dinheiro, não existe. Se entra nesse tema, não pelo carro, não pelo tamanho da casa, não pelo número de viagens, mas em duas coisas a gente não pode tolerar o “rendismo”: educação e saúde.

Ninguém pode viver mais ou menos porque tem dinheiro, é imoral. Agora, no caso da educação é mais do que imoral, é burro, porque uma

criança não entrar na escola porque não tem dinheiro é um país abrir mão do cérebro dessa criança. E a gente abre mão. Eu não estou dizendo que todo menino que não entra na escola é um gênio. Não. Mas se você pega os milhões que não entram, põe aí um zero, zero um por cento, você vai ter um número de gênios. Saúde desigual é indecente. Educação desigual é indecente e burra. Mas nós temos essas duas coisas juntas que nos dificultam muito.

Por isso trabalho para o “Todos Pela Educação”, cujo objetivo central sempre foi criar uma consciência pela educação. No processo, acho – não me lembro tanto do início, Priscila –, mas acho que no processo é que vocês viram que temos que agir já. Na ideia inicial, tenho a impressão, o Gerdau<sup>3</sup>, eu conversava com ele, acho que era criar uma consciência pela educação, e isso é fundamental.

Então, eu sugiro ao Randolfe, que é senador, que se dedique ao máximo para criar uma consciência pela educação, inclusive use a editora para criar essa consciência, para convencer, como disse a Priscila, que a educação de cada criança é um direito de todos, e não apenas dos pais e da própria criança. Eu gostaria que essa nossa conversa ajudasse um pouco nessa criação da consciência nacional pela educação, todos pela educação e educação para todos.

*Esther Bemerguy:* Aproveitando a preocupação do senador Cristovam, principalmente, em como construir condições de igualdade na educação, incluindo os mais pobres, pergunto a você, Priscila, sobre a nova lei do Fundeb aprovada na Câmara e qual a perspectiva desse texto no Senado?

---

3 Jorge Gerdau Balbi Johannpeter, empresário brasileiro no ramo metalúrgico. Atua na formação de novos empreendedores e criação de novos empregos e busca eficiência e qualidade da gestão nos setores público e privado.

*Randolfe Rodrigues:* Mil desculpas, Cristovam, Priscila e Esther, a todos que nos assistem. Eu estava na Comissão Mista de Inteligência ouvindo o ministro da Justiça sobre espionagem alheia.

Por favor, Priscila, continue.

*Priscila Cruz:* Bom, eu falei justamente no começo dessa nossa live que o Fundeb é uma das políticas mais inteligentes de combate à desigualdade, porque ele direciona mais recursos para os alunos mais pobres, para os municípios mais pobres. Para vocês terem uma ideia, o patamar mínimo de investimento mínimo por aluno hoje é de 3.700 reais por ano, por aluno. Com o Fundeb, não precisa de nenhum dispositivo adicional, não precisa fazer com que nenhum outro instrumento funcione, passaremos para 5.700 reais. Esse é um aumento importante. Concordo 100% com o senador Cristovam Buarque, quer dizer, é recurso com gestão, não adianta também ter só o recurso se não tivermos lá na ponta a capacidade de fazer com que esse recurso se torne resultado, mas temos uma experiência recente no Brasil que sempre gosto de lembrar. Acho até que fiz uma *live* com o senador Randolfe Rodrigues e que mencionei esse dado, porque é um dado que mostra primeiramente que não somos uma coleção de fracassos. Temos muitos desafios, não podemos dourar a pílula de jeito nenhum, estamos muito atrás, tem todas essas brechas já colocadas aqui; mas, inclusive por conta de Fundef e Fundeb, saímos de 28% das crianças com aprendizagem em língua portuguesa no Brasil em 2007 para 60% em 2017. Então, Cristovam, estamos falando de um aumento – claro que eu estou falando aqui do quinto ano, que é o Fundamental I, depois temos nas outras etapas um resultado pior. Mas as crianças, elas respondem. As crianças, a etapa que o município cuida é justamente dessas crianças, e é para os municípios que o Fundeb fez mais diferença. Então, como o Fundeb é uma política muito municipalista, ele distribui mais recursos para os municípios. Tem muito estado

que contribui para o Fundeb e não tem o dinheiro de volta, porque está redistribuindo para os municípios do seu estado. Em termos do que o Fundeb poderia ser melhor, acho que essa é uma pergunta boa. Acho que ninguém quer que o Fundeb atrase mais, então qualquer tipo de atraso a essa altura do campeonato seria ruim, mas o Fundeb poderia ser melhor. Estávamos falando aqui, senador Randolfe, sobre radicalidade. Eu seria mais radical em fazer – teve um modelo, que foi inclusive o modelo proposto pelo Todos Pela Educação, de ser mais radical na redistribuição dos recursos. Temos, nesse novo Fundeb – 10% é no modelo antigo, né? Da contribuição, da suplementação da União. Dos 23% de complementação, 10% é no modelo antigo e 13% nesse modelo mais redistributivo. Se eu fosse escrever o Fundeb do zero – sabemos que não é assim que funciona; a professora Dorinha<sup>4</sup>, deputada professora Dorinha, fez o texto possível, dentro de uma concertação, dentro de um debate que foi muito plural, muito participativo. Mas, na linha de “olha, o que eu faria diferente”? Eu faria um Fundeb mais redistributivo ainda, mais radicalmente redistributivo, porque, ainda mais nesse Brasil desigual – a pandemia está acentuando, inclusive, essa desigualdade –, essa é a radicalidade que eu gostaria de ver como resposta do governo, da Casa, do Congresso, de ser mais radical nessa resposta e colocar mais recursos nos lugares mais pobres. E o Fundeb atual, ele está num modelo híbrido. É um modelo possível, mas é um modelo que daria para ser inclusive mais intenso. E o outro ponto que aí é um ponto polêmico; confesso que é polêmico, mas com total transparência e honestidade intelectual devo dizer. Vejo problemas nas condicionantes do CAQ, do Custo Aluno Qualidade, porque o CAQ pode levar a uma judicialização

---

4 Maria Auxiliadora Seabra Rezende, deputada federal do Tocantins – 2011-2015; deputada federal do Tocantins – 2015-2019; deputada federal do Tocantins – 2019-2023.



cujo resultado final vai na contramão do pretendido. Acho que, quando o legislador pensou em colocar o CAQ, tinha uma intenção. Vou dar um exemplo aqui: como o CAQ de tempo integral é maior do que o CAQ de tempo parcial, isso pode induzir a uma tomada de decisão por parte do gestor público, que quer minimizar a sua judicialização, em retroceder na política de tempo integral, por exemplo. Então é um tipo da política que tem uma boa intenção, mas cujo resultado final pode ser ruim. Acho que precisamos ter um debate aberto, um debate honesto sobre esse tipo de dispositivo, porque isso acontece muito na legislação brasileira. A intenção é ótima, mas o resultado pode ser ruim. Um outro tema que me preocupa é a creche. Como a creche não é obrigatória, o que o município vai fazer vai ser uma ponta de chegada: “olha, quantos alunos eu consigo cobrir com o CAQ de creche? Se eu consigo cobrir mil alunos, só vou ter mil alunos, né? E eu não vou fazer o esforço de expandir a rede”. Então esse tipo de preocupação em relação à judicialização – já somos um país extremamente judicializado, um país que vive inclusive um judicialismo. Tudo é extremamente judicializado, tudo é extremamente amarrado, acho que temos que tomar cuidado em relação a esse tipo de dispositivo na Constituição Federal, mas entendo que esse foi um consenso construído na Câmara. Acho que precisamos avançar, precisamos fazer com que o Fundeb passe já a valer, mas eu não gostaria que o debate fosse interditado, porque acho que temos agora um problema no Brasil que, quando pensamos diferente, tem a cultura do cancelamento, né? Se você pensa diferente, as pessoas já vêm com “você é contra isso, você já é contra não sei o que lá”. Precisamos ter um ambiente um pouco mais tranquilo, sereno, para discutir política pública educacional, porque isso é o futuro dessas crianças. De novo, a boa intenção é que às vezes se desdobra em resultados ruins. Precisamos ter esse tipo de cuidado. Então, para efeitos de total transparência e honestidade intelectual, esses são os dois pontos: primeiro, que faltou ambição, que poderia ser ainda

mais ambicioso; segundo, que é um ponto que eu tenho preocupação, pensando um pouco na economia política, na judicialização, na teoria dos jogos, que é como os tomadores de decisão tomam decisão no país – sempre minimizando seus riscos jurídicos, né? Natural, qualquer governador, qualquer prefeito, qualquer secretário não quer ter suas contas reprovadas, não quer sofrer uma ação civil pública e não quer, no limite, ser acusado por crime de responsabilidade, que são os efeitos possíveis de um não cumprimento de um dispositivo constitucional. Por conta dessa judicialização potencialmente alta, temo que a decisão do gestor possa ser no sentido contrário do que o que precisamos, que é de melhorar a qualidade, e ter que retrair com medo da judicialização. Esses são os dois temas em que eu acho que o Fundeb poderia ser um pouco melhor. Mas dá para resolver.

*Randolfe Rodrigues:* Eu não poderia deixar, após essa preliminar da Priscila, quando ela fala da necessidade do Fundeb, de fazer ao meu colega Cristovam Buarque uma provocação. Saibam, Priscila, que eu e Esther aqui vamos ser um pouco mediadores, os grandes especialistas e nomes da educação brasileira são vocês. Priscila, por tudo que tem feito pelo direito à educação, pelo movimento Todos Pela Educação; Cristovam, por falar da educação há pelo menos uns 30 anos ou mais. Já ter sido reitor da UnB, ministro da Educação, colega de Darcy Ribeiro<sup>5</sup>, convivi com ele. Este é um ciclo de *lives* promovidas pelo Conselho Editorial do Senado – eu tenho a honra de, também, estar com dois integrantes, a própria Esther e o Cristovam –, e a ideia é construirmos um registro do debate no

---

5 Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo, sociólogo, educador, escritor e político brasileiro. Destacou-se por seu trabalho em defesa da causa indígena. Foi eleito para a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras. É patrono da cadeira nº 28 do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.

mundo e no Brasil sobre o pós-pandemia. E não poderíamos inaugurar de melhor forma do que pela educação. Eu lembro, Priscila, algo que você falou numa *live* comigo: “Não terá reconstrução nacional pós-pandemia que não passe pela educação”. Então eu acho que começamos bem esse conjunto de *lives*, e, para todos que estão nos assistindo, eu queria só reiterar que essas *lives* depois resultarão em uma publicação do nosso Conselho Editorial. Sobretudo, o que vai ser dito aqui por Priscila e por Cristovam será objeto de textos para nós refletirmos. Nós estamos falando sobre o futuro, e por isso devem ser escritas, memorizadas essas falas. Mas, a partir do que Priscila falou, eu quero fazer uma provocação a você, Cristovam. Quando você foi para o Senado, você votou no Fundeb, na proposta que tinha sido anteriormente elaborada por você. A provocação é sobre a distinção entre esses dois momentos. No primeiro, como ministro, como você avalia o impacto do Fundef na educação brasileira, e quais as principais diferenças entre a experiência do Fundef e a do Fundeb? A segunda provocação é a seguinte: o texto do Fundeb, que chegou a ser votado por você, e aí é mais uma provocação histórica, era muito próximo do que você idealizou quando estava no Ministério?

*Cristovam Buarque:* Sinceramente, eu não lembro qual foi a proposta que eu fiz e qual foi a que eu votei. Não lembro se houve alguma mudança. Não deve ter havido porque era um consenso. Eu acho que esse saiu melhor. Mas o que é importante, Randolfe, que debatemos aqui, é que mesmo isso não vai bastar para a gente dar um salto educacional, então está muito longe. Sem o Fundeb, seria um colapso; com o Fundeb, vai continuar lenta a melhoria, deixando três brechas se ampliando: entre educação de rico e de pobres, mesmo que agora chegue mais para os pobres; a brecha entre países, nós e o resto do mundo; e a brecha entre o que a gente ensina e o que a gente precisa saber hoje. O tempo exige mais coisas que a gente passa para a criança do que a gente está conseguindo

aumentar do que ensina. Por exemplo, antigamente nem se falava em inglês nas escolas dos pobres; hoje tem que sair do segundo grau falando inglês bem, senão não é escola. Eu, aliás, tenho insistido muito, Priscila, na ideia de que a prova de que não damos valor à educação é que estamos todos preocupados com as *fake news* e não estamos preocupados com as *fake escolas*. Uma boa parte das nossas escolas são *fakes*. Melhor que não ter, muito melhor do que era 30 anos atrás. A Priscila disse uma coisa que eu concordo: temos que reconhecer as coisas boas que aconteceram. Merenda faz 30 e poucos anos, livro didático também, o Fundef, o piso, mas estamos ficando para trás. Então, o Fundeb é como a vacina que a gente tivesse inventado, ou seja, não deixar o Fundeb acabar – e aí, temos que parabenizar quem trabalhou nisso, a deputada e a Priscila, temos que parabenizar – mas, Priscila, é como se tivéssemos feito uma vacina antes de a epidemia chegar: foi ótimo para evitar a epidemia, mas não melhorou a saúde. A saúde continuou como estava, o resto da saúde. E aí eu queria dizer, Priscila, sobre a radicalidade. A diferença que temos – e ter diferença com você é ótimo porque podemos dialogar – é que não me contento com a radicalidade no aumento dos recursos. Eu quero uma radicalidade estrutural. Além de colocar mais recursos, eu creio que tínhamos que ter a força e intervir na educação dos municípios que não têm condições. Eu não disse que não têm dinheiro não, é que não têm condições; que mesmo jogando dinheiro de helicóptero, na primeira chuva vai virar lama. Vai melhorar um pouquinho, mas menos do que é preciso. E aí acho que só com uma intervenção federal na educação, e essa não pode ser em todo o sistema, primeiro porque tem município que não quer, segundo que não tem recursos. E sair da ideia que recurso é só o financeiro. Recurso é humano. E não é possível comprar todo o recurso humano que queremos só tendo dinheiro, porque professor não vai se mudar de onde ele mora para um outro município pobre, a não ser que seja uma carreira federal. O pessoal do Banco do Brasil, do Ministério Público, da Justiça, vai para

onde mandam. Precisamos criar isso na educação, e criar aí uma coisa, Randolfe, que eu falei, que é a Escola Brasil. Do jeito que tem o Banco do Brasil em cada município, tem uma Escola do Brasil no município, mas não uma, todas daquele município. Aí é uma coisa que eu discordo do Darcy e do Brizola<sup>6</sup>, que são os Cieps. Eles erraram ao fazer por escola, deveriam ter feito por cidade. Fizeram por escola, e o Collor também, não esqueça que o Collor criou uma porção de SIACs, mas foram espalhados. Aí não fica. Quando você fizer concentrado numa cidade, ninguém acaba mais, aí não tem mais jeito. Então, essa Escola Brasil temos que fazer por cidade. Aí seria radicalidade estrutural, além da radicalidade de recurso também. Por outro lado, a radicalidade de recurso seria mais do que foi, já foi muito mais do que eu imaginava que ia sair dessa crise geral que tivemos. Mas ainda é muito menos do que precisamos. E aí, Randolfe, repetindo – são quatro momentos, na verdade, que precisamos enfrentar. O momento da emergência do coronavírus, da melhoria que é continuar o que já existe, dessas coisas boas que já foram feitas, do salto que é olharmos não como éramos, mas como queremos ser, e quarto, que é uma coisa que vai demorar mais, é começar a trabalhar para sair da aula teatral para a aula cinematográfica. Não é questão de ser remoto ou não remoto, isso é menos importante, o importante é o conceito da aula. Vai ser o professor e o quadro negro, ou vai ser o professor, o computador, os arquivos que existem no mundo de multimídia, e tudo isso... e efeitos especiais; e o professor aparece ou não na tela, inclusive. Com o aluno junto dele ou não. Então, essa passagem do professor teatral para o professor cinematográfico, aula teatral para aula cinematográfica, esse eu acho

---

6 Leonel de Moura Brizola (1922-2004), deputado estadual do Rio Grande do Sul 1947-1951; governador do Rio Grande do Sul – 1959-1963; governador do Rio de Janeiro – 1983-1987 e 1991-1994.

que é o quarto desafio. Mas um é depois do outro. Teremos que trabalhar mais ou menos todos, salvo a emergência que é agora, mas, depois da emergência, continuar a melhoria com competência, com qualidade. E aí compartilho da preocupação dela com o CAQ. E aí, Priscila, o Brasil é campeão em criar e corromper bondades. Nós somos cheios de bondades que no processo se perdem – são muitos, não vou citar agora, mas temos muitos. Eu temo, Randolfe, que a renda mínima seja uma dessas bondades corrompidas. É uma bondade – ninguém pode ficar contra a generosidade –, mas ela pode ser corrompida no sentido de não servir como instrumento de redução da pobreza, que é outra coisa, também, que temos que pensar: uma coisa é a desigualdade, outra coisa é a pobreza, tem relações, mas não é o mesmo, não é o mesmo. Só para concluir, sobre isso de desigualdade e exclusão. Eu tenho debatido muito com os meninos que vão fazer o Enem e que estão desesperados com a desigualdade entre quem está na escola pública e quem está numa escola boa, particular – porque a maioria das particulares não são melhores que as públicas, não. E eu tenho dito: olha essa desigualdade entre vocês que vão fazer o Enem é desse tamanho. Agora a desigualdade de vocês para o resto do Brasil é desse tamanho aqui [maior]. Por quê? Os doze milhões de analfabetos não vão fazer o Enem, os que não terminaram o ensino médio não farão o Enem, os que terminaram o ensino médio muito ruim não vão fazer o Enem, só vão fazer o Enem aqueles que terminaram o ensino médio razoavelmente bom. E aí eles têm uma desigualdade com aqueles que vão fazer o Enem e terminaram numa escola muito boa. Mas tem uma coisa mais grave que é a desigualdade, é a exclusão, e nós temos que trabalhar a exclusão educacional, e não apenas a desigualdade educacional entre os que terminam o ensino médio, mas os que não terminam? Essa questão, se o mais importante de enfrentar é a exclusão ou a desigualdade, ou os dois, está longe do debate; o debate é muito “desigualdade, desigualdade, desigualdade”, mas desigualdade, em geral, é de quem já está dentro.

Quero saber da desigualdade com quem está fora, que é a exclusão. E na educação sobretudo, os 12 milhões de analfabetos, os 70 milhões de analfabetos funcionais... E como não vai dar para resolver a situação desses – para valer não, podemos resolver um pouco – devemos fechar a torneirinha que continua a fabricar isso, apesar do Fundeb. Por isso tão importante esse debate, Randolfe, eu fico contente que vocês publicarão, eu não sabia que vocês estavam gravando. Fico contente que vocês vão gravar tudo isso. Randolfe, só um detalhe, no começo eu disse uma frase que para mim cai para você. A Priscila falou em radicalidade, eu disse o seguinte: é preciso nunca perder a radicalidade e nunca se perder na radicalidade. Nunca deixar de ter um objetivo radical e nunca deixar de ter os pés no momento presente. Isso vale para tudo, e muito para educação.

*Randolfe Rodrigues:* Vale para tudo. A radicalidade vem da máxima de encontrar as raízes dos problemas, e a raiz da situação, agora, acho que ambos já falaram bem sobre o Fundeb. A Priscila, inclusive, destacou aqui o enorme *deficit* na educação, Cristovam fala disso há muito tempo, mas, sem o Fundeb, nesses últimos 29 anos, pior seria. Foram conquistas importantes em duas experiências de governos distintos, Fundef no governo Fernando Henrique<sup>7</sup>, o Fundeb no governo Lula<sup>8</sup>, o governo do PSDB e o governo do PT. É paradoxal a intervenção que o governo atual tentou fazer no Fundeb: primeiro, protagonizou uma omissão completa sobre o projeto, depois, tentou impedir os avanços que foram concretizados na Câmara e, depois, mais grave ainda, tentou, de forma populista – aliás, malditas todas as formas de populismo, Cristovam, seja de um lado, seja de outro – se credenciar, ser autor do que ele não foi, do que ele conspirou contra.

---

7 Governo Lula, 1º de janeiro de 2003 – 1º de janeiro de 2011.

8 Governo Fernando Cardoso, 1º de janeiro de 1995 – 1º de janeiro de 2003.

Feitas essas considerações, eu queria pedir, começando pela Priscila, uma análise direta do que nós estamos querendo problematizar neste debate. Nós falamos aqui de desigualdade, qual o tamanho do fosso da desigualdade na educação que está sendo produzida pela pandemia? Qual será o tamanho desse fosso no pós-pandemia? O que será necessário, além do Fundeb, para a superação desse fosso? Essa primeira parte também vai para você, Cristovam, eu quero ouvi-lo e quero complementar lançando para o horizonte o seguinte: vou lembrar a poesia do Galeano<sup>9</sup>, que diz – a utopia está no horizonte, caminha dois passos, o horizonte se distancia, caminha mais dois passos, o horizonte continua se distanciando, por mais que eu caminhe não consigo alcançá-lo, então, para que utopia? Para que horizonte? Para que nunca se deixe de caminhar. Poesia linda de Galeano. Apontando para o nosso horizonte da educação, qual era o horizonte em que nós estávamos no começo da década? Qual era o horizonte que nós imaginaríamos para a educação no Brasil em 2030? Vamos mandar uma mensagem aos jovens, às crianças, que estarão na escola, alguns que estão nascendo agora, às crianças de hoje, que já vão estar na universidade em 2030, quais as metas que teríamos a alcançar como país, na educação, na ciência, na tecnologia, passado o turbilhão atual? É uma pergunta sobre a distopia e a utopia: distopia da situação posterior e utopia da situação que nós gostaríamos que pudéssemos chegar daqui a 10 anos.

*Priscila Cruz:* Muito bom, senador Randolfe. Nessa estrutura proposta de distopia e, depois, da utopia, eu vou gostar muito mais de falar sobre

---

9 Eduardo Hughes Galeano (1940-2015) foi um jornalista e escritor uruguaio. Autor de mais de 40 livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas, entre eles, sua obra-prima, *As Veias Abertas da América Latina*.



a utopia, mas estamos vivendo realmente uma tempestade perfeita na educação. Temos um momento de pandemia que faz com que os alunos não tenham as aulas presenciais, e a educação acontece essencialmente com a conexão humana, com as relações, com esse vínculo que acontece entre alunos, professores, entre professores, entre alunos, entre os profissionais da educação. É lá que é o grande local em que acontece a aprendizagem, o desenvolvimento social, cognitivo, físico, emocional da criança, sempre em complemento com a família, com a comunidade. Então estamos vivendo esse momento da suspensão das aulas presenciais com o pior período do governo federal na educação brasileira, tivemos o pior ano, na minha opinião, o pior ministro da Educação da história da educação, foi o pior ministro que já passou. Em um período tão importante dessa coordenação nacional para poder criar sinergia, ter coordenação de esforços, trocas de experiência, monitoramento, como já disse aqui. Então estamos vivendo um momento em que não dá para cravarmos um número em relação àquilo que realmente se perdeu nesse período todo, mas, por aproximação, dá para fazer uma pontaria de que devemos retroceder de uma década a duas décadas nos resultados educacionais; é bastante coisa, porque não é apenas um ano perdido que depois se recupera, esse é um ano perdido que não volta mais. Essas aprendizagens, se não conseguirmos recuperar lá na frente, e o tempo é limitado, o que acontece é que como muitas delas são pré-requisitos para outras, isso faz com que o aluno fique derrapando. Já temos uma situação de evasão muito alta, reprovação, falta de aprendizagem, isso tudo vai se intensificar muito. Eu estava hoje mesmo conversando com a Marlova Noletto<sup>10</sup>, que é a representante da Unesco aqui

---

10 Marlova Jovchelovitch Noletto é uma assistente social que em 2018 se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de direção da Unesco no Brasil.

no Brasil, e estávamos justamente falando sobre esse retrocesso que vai acontecer, um pouco pensando em experiências anteriores em outros países de guerra, tsunamis, terremotos, essas situações de crise muito profunda nos países. Pelo tempo que temos de suspensão das aulas presenciais e pela própria saúde mental, que está afetada, dos alunos, dos adultos, do seu entorno, de uma situação muito mais difícil, dá para prevermos alguma coisa em torno de uma década de atraso que vai acontecer na educação brasileira; isso é muito grave, é um impacto brutal na educação. Agora, como bem disse o senador Cristovam, temos um primeiro passo, de uma direção, de termos uma reação direcionada para essa situação tão grave, que foi a aprovação do Fundeb, que não é o bastante. Agora vem o campo da utopia – acho que o Cristovam já ouviu também eu falar disso. Realizamos uma *live* com a UNE, Ubes, em que falamos justamente sobre isso, Cristovam. Mantenho a minha utopia, acho que só vamos conseguir fazer com que a educação realmente se radicalize, nessa perspectiva positiva da radicalização, da raiz, como disse o senador Randolfe, essa radicalização pela educação virá quando fizermos um pacto nacional. Inclusive, acredito no papel importante do senador Randolfe nesse pacto, ação, nessa mobilização nacional, nesse entendimento do imaginário convocante que anime a militância, que anime os brasileiros, que faça de novo acreditarmos nesse país, na construção de um projeto de nação pautado na criança, tendo, como eixo central, como centro desse projeto de nação, as crianças, porque um país que é bom para as crianças é o país que prioriza a educação, que prioriza a saúde da família, que prioriza a segurança pública. É um país que gera renda e distribui renda, é um país que preserva os recursos naturais, que preserva as florestas, que preserva o meio ambiente. Quando pensamos que um país voltado para as crianças é um país que é bom para todo mundo e que está direcionado, vocacionado, para um propósito de longo prazo, que é isso que também falta no Brasil, para não

termos apenas esses voos de galinha, essa falta de perspectiva de mais médio, longo prazo. Se centralizarmos na criança, obrigatoriamente estaremos produzindo um projeto de nação de longo prazo, mas com resultados que precisamos definir, medir, acompanhar, fazer valer, fazer acontecer, que isso é muito importante. Lembro o exemplo da Finlândia, Cristovam. A Finlândia é um país sempre muito citado na educação, que tem também um patamar mais alto de desenvolvimento social e econômico e que justamente é um país jovem, de formação jovem, recente, que se construiu; os fundadores do país decidiram que seria um país que teria as crianças como o grande centro desse projeto de nação, e está aí o resultado. Claro que tem competência na execução, tem seriedade em relação ao compromisso, mas a Finlândia é um exemplo disso e essa é minha utopia, Cristovam, essa é minha utopia, Randolfe, é a utopia de que um dia sejamos capazes de fazer essa construção de um projeto que coloque a criança no centro, porque tudo vai começar a fazer sentido. Vamos inclusive conseguir ver relações entre educação, entre saúde, entre a segurança pública, entre a economia, entre o meio ambiente, porque essas políticas estão todas conectadas, elas só são separadas na hora da produção de uma lei, na hora da vontade de um ministério, de uma secretaria, mas, na nossa vida, todas as áreas estão completamente imbricadas, completamente conectadas e, quando colocamos o foco não nas áreas, mas na criança, passamos inclusive a ter essas conexões sendo formadas mais claramente. Para finalizar, e aí vem a minha utopia, a minha grande ambição, Cristovam, porque isso passa pela educação, passa por outras pastas também, passa por um projeto de nação, um pouco nessa sua linha de que precisa sonhar alto, precisa ter uma ambição muito maior em relação à educação e às nossas crianças, aos nossos alunos. Só para não parecer que essa utopia é muito longínqua, tem um projeto, inclusive na terra do Cristovam, lá em Recife, de que eu sou muito fã, que para mim é a concretização desse sonho no nível local, que é o Compaz. O Compaz é um equipamento público que reúne várias

áreas, tendo como foco o cidadão, a criança. A criança frequenta o Compaz, ela faz judô, robótica, tem livros, tem contador de histórias, ela faz teatro, ela assiste teatro, ela produz arte, consome arte, convive com a família, as mães amamentam, mães fazem curso do Sebrae de empreendedorismo; é um espaço em que a cidadania está acontecendo ali, todo mundo junto. Então, acho que é possível, acho que conseguiremos isso. O brasileiro precisa acabar com esse complexo de vira-lata que muitas vezes temos de que nunca chegaremos lá, acho que é possível chegarmos lá. Já tivemos momentos muito bons no Brasil, já temos histórias, casos, políticas exitosas no Brasil; precisamos nos alimentar dessas histórias, dos “Compaz” da vida, do tempo integral de Pernambuco, da alfabetização do Ceará. Tem muita experiência boa, o que precisamos é nos nutrir delas e ter uma forte ação de resistência em relação aos retrocessos que o Brasil vem enfrentando e que, de certa forma, desgastam tremendamente, porque são muitos ataques o tempo inteiro, diários, tanto vindo dos governos, principalmente do governo federal, mas também dessa radicalização; estou falando, Cristovam, da ruim, que é a que você não quer se mexer para entender o outro, você se radicaliza na sua posição, que é o seu ponto: não se perder na radicalização, temos que sonhar radical, mas sem se perder na radicalização; entender que o outro muitas vezes pode ter razão e que tudo bem se você mudar de ideia, tudo bem se você entender que tem outras possibilidades e visões possíveis e que elas podem inclusive conviver. Então, acho que dá para pensarmos nesse sonho, acho que esse sonho é algo que precisa ser mobilizado. Finalizo lembrando Antônio Carlos Gomes da Costa<sup>11</sup>, Cristovam conheceu, eu também conheci, ele já é falecido, mas um grande educador, especialista em mobilização social. Ele falava: “precisamos de um ima-

---

11 Antônio Carlos Gomes da Costa (1949-2011) foi pedagogo e um dos participantes do grupo de redação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ginário *convocante*”, um imaginário que nos convoque, e eu não consigo pensar ainda nada mais contagiante, mais poderoso do que uma criança; se não somos capazes de nos mobilizar por uma criança, pelas crianças, não consigo imaginar outra forma de construir o imaginário *convocante* para unir os democratas do país, as pessoas preocupadas com o futuro, as pessoas preocupadas com o desenvolvimento econômico e social da nossa população; então, essa é a minha utopia.

*Esther Bemerguy*: Com você agora, professor, conte para nós a sua utopia.

*Cristovam Buarque*: Randolfe, eu não sei se você estava no dia em que eu ouvi a nossa querida Heloísa Helena<sup>12</sup> dizer uma frase que pra mim é uma das mais exemplares: “no dia em que o Brasil adotar uma geração de brasileirinhos, quando eles crescerem adotarão o Brasil”.

*Randolfe Rodrigues*: Sim, Cristovam.

*Cristovam Buarque*: Essa frase resume, Priscila, grande parte dessa sua fala maravilhosa sobre as crianças; essa frase da Heloísa eu nunca esqueci, é perfeita. Mas aí as minhas utopias são: primeiro seria, dentro de um prazo, não vou dizer qual, nós estarmos entre os dez melhores do mundo estimado pelo Pisa, por exemplo, que é uma maneira de saber onde é que nós estamos. E não era difícil, se você calcula o Pisa, e eu já fiz das federais brasileiras, tá por aí, tá perto da Alemanha. Então essa é uma utopia, nossa qualidade ser entre as dez melhores; vejam que, se for para o futebol, dez é horrível, o Brasil não quer ficar entre os dez. Agora,

---

12 Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho, vice-prefeita de Alagoas, 1992-1994; deputada estadual de Alagoas, 1995-1999; senadora de Alagoas, 1999-2007.

a segunda utopia é que, nessa escola, não haja diferença por endereço, nem por renda, nem CEP, nem CPF determinando o futuro da criança. Para isso, toda escola pública tem que ser tão boa que as pessoas não vão querer mais levar as crianças para a escola privada; quem vai querer pagar para uma criança sua estudar se tem uma escola pública melhor do que a particular? Daí o meu projeto – falando em radicalidade –, que ninguém apoiou, claro, de uma PEC em que, em trinta anos, toda escola no Brasil seria pública, eu não digo estatal, porque eu considero que é preciso ser pública sem ser estatal, como concessão de ônibus é pública e não é estatal. Então, minha utopia é que estejamos entre os dez melhores e que não haja nenhuma diferença entre escola de pobre e de rico, o que implica um processo tão radical de avanço da qualidade das escolas públicas que as particulares terminem sendo apenas por alguma razão muito especial, como é na Finlândia, que a Priscila falou. E lá, para abrir uma escola particular, tem que ter uma justificativa e tem que ter autorização do governo. Agora, faltou dizer qual a utopia dessa escola. Para mim, nessa escola, igual para todos e das melhores do mundo, é preciso primeiro que todo mundo saia tão letrado que seja capaz de ser escritor, crítico literário e saia com um idioma, pelo menos, além do português, falando, não é apenas titubeando. Além disso, que saia com o domínio de matemática capaz de entender as bases das ciências. Também considero que é fundamental, nessa escola, que essas crianças, no final do ensino médio, entendam e sejam capazes de debater os assuntos da contemporaneidade no mundo. Rebentou uma bomba no Líbano, eles serão capazes de discutir onde foi, quais são as alternativas, por que aconteceu, quem é que vai ajudar a resolver. O outro é que todos que terminem o ensino médio, terminem com um ofício. Por isso, eu defendo quatro anos para o ensino médio; ofício pode ser de garçom, falando um ou dois idiomas além do português, pode ser de cozinheiro, pode ser de fotógrafo, de técnico de computador, de marceneiro, mas de qualidade,

todo mundo saindo do ensino médio com um ofício; mas para isso acontecer, é preciso ter uma utopia-meio, sabe qual é? Que, quando nascer uma criança nesse país, o pai ou a mãe peguem no colo e digam: “esse aqui, quando crescer, não vai ser policial federal, não vai ser senador, não vai ser do Ministério Público, esse vai ser professor”. Aí começamos a construir a utopia com isso. Isso é assim em muitos lugares do mundo. Já há lugares em que se decidiu fazer isso. Priscila citou Finlândia, eu vou citar um outro, se puderem me dar um tempinho, porque mostra o que é escolha. Eu fui à Irlanda uma vez e soube que houve um pacto em 1970 entre todos os partidos, os líderes sindicais e os empresários; reuniram-se numa cidade chamada Cork e decidiram o que iriam fazer nos próximos anos que os uniria; nas disputas eleitorais, que brigassem por tudo, menos isso, e decidiram: educação, ciência e tecnologia. Naquela época, o analfabetismo era perto do registrado no Brasil, todo mundo na Irlanda só queria ir embora; hoje é chamado Tigre Celta. Eu pedi ao embaixador do Brasil lá para visitar essa cidade, eu queria sentir como é que foi naquele castelo, onde eles se reuniram; ele disse: “não vai poder, não vai dar tempo, é muito longe”. Tinha um mapa da Irlanda na parede, parece uma pedra no mar, e eu disse: “embaixador, aqui não tem nada longe. Vai de manhã, volta de tarde”. Ele disse: “não, você não sabe as estradas péssimas que tem neste país”. Eu disse: “mas, embaixador, como esse país tem uma das melhores educações do mundo e as estradas são ruins?” Nunca vou esquecer a lição que ele me deu. Ele olhou para mim e disse: “mas é por isso, senador”. E fez um silêncio, aí disse: “eles decidiram gastar todo o dinheiro em educação, agora é que vão fazer as estradas”. Isso é que eu acho que no Brasil seria difícil, isso é que eu acho que é difícil: primeiro, querer dar prioridade; segundo, esperar o tempo necessário para que isso dê resultado, e aí as estradas virão. Hoje eles devem ter estradas maravilhosas, mas esse problema é que precisamos despertar no Brasil – e você está num lugar que pode ajudar nisso –,

despertar essa consciência, e eu repito, não sei se você estava na hora: Todos Pela Educação já nasceu com essa ideia: todos pela educação. Se fizéssemos isso, já estaríamos construindo a utopia que você deseja. O Brasil tem as técnicas necessárias, o Brasil tem o recurso, dependendo do tempo que definamos para construir a utopia; seria irresponsável dizer que isso será rápido, mas o meu caminho, acho que é até interessante, é fazer isso rápido numa cidade – rápido, dois anos você faz isso. Agora, no Brasil inteiro, leva muito mais. Você pode fazer em cem cidades por ano, no máximo, começando pelas pequenas, mas a primeira coisa é haver esse grande acordo nacional que diga: as crianças em primeiro lugar – e criança é: comer, brincar e educação –, e concentrar os recursos. Agora, precisaremos que os professores queiram não apenas bons salários, mas também participar, ser instrumentos reais disso. A Finlândia, Priscila citou, uma das coisas que mais me surpreendeu é que lá não tem sindicato de professores, tem sindicato da educação; fazem parte do sindicato da educação os professores, os pais, os alunos e cidadãos e cidadãos que queiram dizer que a educação é importante. Então, eles são do sindicato da educação. Como eles lutam pela educação, eles lutam também por salários melhores para os professores, mas como meio, não como objetivo desse sindicato. Mas eu gostei do seu desafio da utopia.

*Randolfe Rodrigues:* Da utopia ou da distopia. Só me esclarece, qual foi este ano que foste na Irlanda?

*Cristovam Buarque:* Na Irlanda acho que 2008, 2009, por aí, não lembro, mas eu tenho anotado. Foi uma viagem que me tocou muito quando o embaixador disse: “por isso, senador”, aí deu um risinho e me deu essa lição, e fiquei contente. Agora o nosso Galeano, ele tinha ideia de utopia no sentido geral, libertário completo, aí sim o horizonte é infinito; no caso da educação dá para chegar lá, não é um horizonte em que você



nunca chega, embora sempre tenha melhoras, mas dá para chegar lá, como também eu acho que dá para chegar lá na saúde de qualidade, igual para todos, eu acho que dá para fazer isso.

*Randolfe Rodrigues:* A utopia do Galeano é utopia geral, é para nunca parar de caminhar; alcançou a educação, vamos alcançar a universalização da renda, vamos erradicar a pobreza, ou seja, é para alcançar cada um dos objetivos humanos. Eu considero central, e eu não vejo nenhuma sociedade, no século XX, ou no século XIX, que não tenha partido da educação.

*Cristovam Buarque:* Não existe!

*Randolfe Rodrigues:* Nenhuma sociedade que se desenvolveu, que construiu o seu modelo de estado de bem-estar que não tenha partido da educação. O Japão do pós-guerra foi a universalização da educação, a Coreia, destruída por uma guerra civil, fez a revolução a partir da educação. Falaste da Irlanda, Cristovam, e a gente poderia falar de todos os países, de todas as experiências de bem-estar social consolidadas na Europa, no pós-Segunda Guerra.

*Cristovam Buarque:* A renda não se distribui pelo chão de fábricas; se distribui pela banca da escola. E não é no guichê do banco que se distribui a renda. Antes disso, é através da educação. É preciso distribuir conhecimento, para que esse conhecimento distribuído traga a renda distribuída. É isso. A educação é tudo, como alguns dizem. Nós precisamos convencer o brasileiro disso. E, para concluir, por que é que os outros países fazem? Eu tenho uma ideia de que a culpa disso tudo é da riqueza brasileira. Não duvide. Caminha é o culpado, quando ele disse: “em se plantando, tudo nela dá”. Ele devia ter dito: “em se ensinando, tudo nela

dá”. Começa que tudo dá nessa terra e ainda fomos buscar escravos na África para nem ao menos plantar. Então nós criamos uma classe em geral, não falo essa ou aquela. Uma classe geral. Uma elite que não consegue valorizar a educação e passou isso, eu acho, para o povo em geral. Eu acho que agora começa. Eu estou ficando otimista, Priscila, porque o povo está começando a sentir que sem educação não tem futuro. Mas um homem, eu sempre cito isso, que vai num ônibus, olha para o carro que está ao lado, ele tem inveja do cara do carro. Olha do outro lado uma escola bonita, ele não tem inveja, porque acha que aquela escola não é para o filho dele. Como você ou eu passando na frente da casa de um cara muito rico, ou então... eu não tenho a menor inveja de quem tem um avião particular, pessoal. É assim que esse pessoal vê a escola de qualidade. Ainda não há raiva de não ter a escola boa para o filho. Um dia desses eu li um conto – que muita gente critica como indecente – da história de uma empregada doméstica que um dia descobre que cuida tão bem dos filhos da patroa na escola e os filhos dela não têm escola, porque estava em greve há muitos meses. Ela decide resolver: em vez de ir lutar num partido, fazer como nós estamos fazendo, ela resolveu com os filhos dela, entrou para o tráfico, ficou rica e mandou os filhos estudarem na Suíça. Ela termina presa, então o conto não é tão indecente. O crime não compensou. Aí o delegado está tratando das coisas, brigando com ela, disse: “o que adiantou? A senhora aqui está presa. Os seus filhos tiveram filhos, os seus netos vêm brincar com a avó presa?”. Aí ela disse: “É, doutor, mas eles vão ficar ali, no cantinho, falando em inglês entre eles. E os seus filhos não sabem”. Ou seja, essa raiva de não ter escola, precisamos criar no Brasil. Sei que isso é um lado negativo, hein, Priscila? A Priscila quer distribuir amor. Não. Eu acho que, na política, você tem uma raiva. Eu acho que a raiva é que não tem uma escola de qualidade. A nossa raiva. Eu citei, aqui, no começo, a nossa raiva porque perdemos de sete a um para a Alemanha. Mas ninguém de nós vai ficar contente

em perder na próxima de seis a um. É um desastre. Até de perder. Mas na educação nos acostumamos. Você vê, eu mesmo disse que queria estar entre os dez melhores. Eu não disse que queria ser o melhor. Eu acho que aí já extrapola muito, porque precisa também de alguns séculos de acúmulo cultural que nós não temos.

*Randolfe Rodrigues:* Em matéria de educação, veja, é sempre um “sete a um”. No Pisa, nós estamos nas últimas colocações. Estava conversando com Priscila sobre a remuneração de professores: entre 40 países pesquisados, nós ficamos em 40º. Cristovam sempre fala isso, desde que o conheço. Deixa-me contar aqui uma confidência para todos que estão nos assistindo, sobre como conheci o Cristovam.

*Cristovam Buarque:* Eu quero que você conte porque é uma boa história. Diga aí para todo mundo.

*Randolfe Rodrigues:* Meu primeiro contato com Cristovam, eu era militante do movimento estudantil, estava na universidade, quase como aquela história “era um garoto que, como eu, amava os Beatles e os Rolling Stones”. Era decorrido o ano de 1991, tinha 16, 17 anos de idade, Cristovam Buarque vem aqui no Amapá, para uma palestra sobre um novo livro que ele tinha acabado de lançar. A palestra, acho que Cristovam deve lembrar, ocorreu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, que era no antigo Fórum de Macapá.

*Cristovam Buarque:* Eu me lembro da livraria, Transamazônica, da Ângela.

*Randolfe Rodrigues:* Eu era um recém-estudante universitário, tinha acabado de ingressar no curso de História, na Universidade Federal do Amapá. Eu lembro que todos os meus colegas foram, foi uma palestra

concorridíssima. Cristovam já era uma celebridade. Era adorado e admirado por todos nós, na universidade, e nós fizemos fila para pegar o autógrafo do Cristovam. O livro dele falava sobre a utopia da esquerda e a reinvenção do Brasil. Cristovam já falava disso, em 1991.

*Cristovam Buarque:* A revolução da esquerda.

*Randolfe Rodrigues:* Isso. A revolução da esquerda e a reinvenção do Brasil. E eu tenho esse livro até hoje com o autógrafo de Cristovam. Acho que o Cristovam mal poderia imaginar que aquele estudante para o qual ele estava autografando, depois, fosse conviver com ele no Senado.

*Cristovam Buarque:* E hoje está me convidando para vir aqui. E agora ele me convida para eu ser do Conselho e para esse evento maravilhoso com a Priscila. Mas você não contou um outro encontro nosso, pelo rio.

*Randolfe Rodrigues:* Rio Matapi. Vou falar desse segundo encontro daqui a pouco. Mas, do primeiro encontro, eu queria só chamar a atenção de todos que o Cristovam já falava em 1991 da necessidade da reinvenção da esquerda, para ela se atualizar com o mundo. E quais eram os acontecimentos de que o Cristovam falava naquele livro? O que impulsionava aquilo? Eram os recentes acontecimentos da queda do muro de Berlim, que parte da esquerda, naquele momento, em 1991, e eu incluso, réu confesso aqui, negava que estava acontecendo. Negava, porque via como um reformismo e coisa parecida. As advertências, e eu chamo atenção, e aí nisso também tem a questão da coerência do professor Cristovam, dizia o seguinte: “se a esquerda perder a bandeira da ética na política, quando isso ocorrer” – e está no livro –, “essa será uma de suas maiores derrotas”. O futuro repetiu o passado no museu de grandes novidades. O segundo encontro com Cristovam aqui no Amapá foi no rio Matapi, aí foi no ano

de 2005 ou 2007, eu tinha terminado o mandato de deputado estadual e ocorreu uma grave denúncia aqui de violação de direitos humanos com ribeirinhos, por parte de uma empresa. E Cristovam veio até aqui e nós navegamos pelo rio Matapi nesse sol escaldante. Para você ter uma ideia, hoje, Priscila, você conhece o Amapá? Hoje fez 35 graus aqui. Foi num sol desses de 35 graus que Cristovam caminhou conosco aqui para ir até uma comunidade às margens do rio Matapi fazer a denúncia de um ato de violação de direitos humanos. E, naqueles dias, navegando pelo rio Matapi, eu conversava com o Cristovam sobre a obra que ele tinha escrito 15 anos antes. E faço aqui ao Cristovam uma outra provocação. Eu acho que aquela obra precisa ser atualizada, Cristovam.

*Randolfe Rodrigues:* Quero agradecer, do fundo do coração, em nome do Conselho Editorial do Senado, ao conselheiro Cristovam Buarque e à Priscila, mais uma vez, por terem disponibilizado o seu tempo para esta *live*, para este debate, vocês são fontes de inspiração. Nós fizemos um debate aqui não só sobre o Fundeb mas sobre o futuro da educação. Debate, eu quero reiterar, que faço questão de publicar pelo Conselho. Essas reflexões são necessárias para o Brasil agora e no pós-pandemia.

## Glossário

*Bolsa-Escola* Foi um programa de transferência de renda para famílias de baixa renda a fim de que as crianças frequentassem as escolas de modo regular. Sua implementação ocorreu em 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e foi chefiada pelo senador Cristovam Buarque, na época governador do Distrito Federal.

*CAQ* Custo Aluno-Qualidade.

*CCAI* Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, citada pelo senador Randolfe Rodrigues como Comissão Mista de Inteligência.

*Ciac* Centros Integrados de Atendimento à Criança.

*Ciep* Centros Integrados de Educação Pública.

*Compaz* Centro Comunitário da Paz.

*Enem* Exame Nacional do Ensino Médio.

*Fundeb* Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

*Fundef* Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

*MEC* Ministério da Educação.

*PEC* Proposta de Emenda Constitucional.

*Pisa* Programa Internacional de Avaliação de Alunos.

*Sebrae* Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

*Suas* Sistema Único de Assistência Social.

*SUS* Sistema Único de Saúde.

*Ubes* União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

*UnB* Universidade de Brasília.

*UNE* União Nacional dos Estudantes.

*Unesco* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

# Anexos

*Em se ensinando, tudo dá: emergência,  
melhoria e salto*

*Por Cristovam Buarque*

## *1. O passado nos condena*

Na certidão de nascimento do Brasil está escrito: “em se plantando, tudo nela dá”. Embora correta para o tempo do mercantilismo agrícola, esta afirmação amarrou nosso progresso. Sobretudo, porque para plantar usamos escravidão. Foi como se disséssemos: “em se plantando, tudo nela dá, e não precisamos plantar com nossas mãos”. Depois de quatro séculos abolimos a escravidão, proclamamos uma República e nossa bandeira adotou o lema “Ordem e Progresso”. Não disse “Educação É progresso”. Sem levarmos em conta que na nova república 70% da população adulta não sabia ler a própria bandeira. Chegamos ao século XXI sem nos prepararmos para o tempo em que “em se ensinando tudo nela dá”.

Até hoje, não preparamos o Brasil para a economia e a sociedade do conhecimento, não garantimos acesso de todos à educação com qualidade, como forma de aproveitar todos os cérebros do país; não fizemos um sistema educacional de base que permita ao país ter uma universidade competente, ser um centro gerador de ciência, tecnologia e inovação; nem montamos um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação.



Quinhentos anos depois da certidão de nascimento e 130 anos depois da República, continuamos com a cabeça voltada para a sociedade e a economia do passado: com uma educação de base entre as piores e provavelmente a mais desigual entre todos os países do mundo, expulsando cerca de 80% de nossos jovens para fora de uma educação de base com qualidade. Em consequência, temos um ensino superior com algumas ilhas de qualidade, mas no conjunto inchado, sem qualidade, fabricante de diplomas, no lugar de gerador de conhecimento; e sem um sistema nacional para geração e disseminação de conhecimento e de inovação. Isto faz com que nosso grande entrave ao progresso esteja na educação de base, que faz uma população que não sabe matemática, não é capaz de ler texto longo em português, não fala nem lê outro idioma, não está iniciada minimamente em ciências, história, filosofia, artes, problemas da contemporaneidade do mundo, do nosso continente e de nosso país; nem recebeu formação profissional que permita exercer uma profissão com competência. Desperdiçamos nossos cérebros, sem boa educação de base com qualidade; sem conhecimento para fazer uma economia produtiva, inovativa e uma sociedade com justiça social.

Isto se explica por duas razões atávicas da mente brasileira:

- saber, inteligência, conhecimento, educação com qualidade não são objeto de desejo, de propósito coletivo, do Brasil e;
- a educação não é vista como um propósito a ser assegurado a todos com a mesma qualidade, independente da classe social e do endereço familiar da pessoa.
- a certidão de nascimento e a escravidão deixaram a marca do desprezo à educação e deram legitimidade à desigualdade como a educação deve ser distribuída. Em consequência, a vontade nacional não se propõe a priorizar educação acima dos outros

objetivos, nem acredita que o filho do pobre deve estudar em uma escola tão boa quanto a dos filhos dos ricos.

Não consideramos que educação é o vetor do progresso, no máximo é apenas um direito de cada pessoa. Diante disso, não é por acaso que nossa educação está entre as piores do mundo e provavelmente a mais desigual. A própria Constituição de 1988 reconhece educação como um direito das pessoas, não como o vetor do progresso.

## 2. *A epidemia provoca o colapso*

A covid-19 encontrou uma educação ruim e desigual, irá embora deixando a educação pior e ainda mais desigual. A epidemia não é a causa da triste posição da nossa educação, mas agrava a situação.

- no setor privado, escolas vão fechar, muitos de seus professores vão abandonar a carreira;
- no setor público, os professores voltarão desmotivados, muitos com atividades paralelas;
- os prédios escolares e equipamentos, que já eram obsoletos, estarão depredados ou degradados;
- muitos alunos abandonarão a escola, sobretudo no ensino médio;
- em todos os níveis, os que voltarem estarão traumatizados psicologicamente pelo medo da morte, de doença e pelo isolamento ao longo de meses;
- carregarão um apagão cognitivo generalizado e ainda maior do que aqueles provocados durante as longas greves que atravessaram.

Serão necessárias medidas emergenciais para enfrentar a tragédia da epidemia, evitar o colapso e retomar os esforços das últimas décadas – PNE-I, PNE-II, Fundef, Fundeb, Merenda, Bolsa-Escola, Livro Didático, Piso Salarial, Base Nacional Curricular e outras iniciativas prometidas ou realizadas há décadas, que deixaram resultados positivos, mas muito aquém do que o Brasil precisa; o povo merece e temos potencial. Essas medidas fizeram com que melhorássemos em relação ao passado, mas deixando três brechas que aumentam:

- entre ricos e pobres;
- entre o Brasil e o resto do mundo;
- entre o que aprendemos e o que a realidade contemporânea exige que saibamos.

Por isto, além das medidas emergenciais e a retomada das medidas de melhoria das últimas décadas, não devemos esquecer a necessidade da sempre adiada estratégia na direção da qualidade máxima e igual para todos: buscando não apenas uma educação melhor para alguns, mas dar o salto para a educação brasileira ficar entre as melhores do mundo e com a mesma qualidade para todos, independente da renda e do endereço do aluno e da família.

A emergência nos faz comparar a situação atual com a realidade anterior à epidemia, a melhoria nos faz comparar o presente com o passado, o salto nos faz comparar o Brasil de hoje com os países que já implantaram educação da máxima qualidade.

### 3. *A emergência para enfrentar as consequências da epidemia da covid-19*

#### *a) Apoio psicológico às crianças, pais, professores e servidores em geral.*

Em colaboração com os sistemas público e privado de comunicação, os governos precisam criar e divulgar peças publicitárias, debates, dramaturgias que ajudem a superar os traumas psicológicos deixados pelo medo de doenças e da morte, devido ao isolamento forçado, e pelo sacrifício, formal ou não, do ano letivo;

#### *b) Resgate das crianças e adolescentes.*

Cada prefeitura, sob a coordenação do MEC, precisa ter um sistema para localizar, abraçar, dar incentivos e trazer de volta as crianças e os adolescentes que abandonaram os estudos, explicitamente ou disfarçadamente;

#### *c) Recuperação do apagão cognitivo e da desmotivação.*

Cada escola vai precisar definir um plano de recuperação do tempo fora da escola, com aulas presenciais e sistemas de ensino à distância, mesmo que ainda deficientes. Serão necessárias aulas extras complementares para que nem todos percam o ano escolar, e um esforço para o uso de ensino à distância com qualidade como forma de complementação;

#### *d) Recuperação de escolas públicas.*

Muitos municípios não terão condições fiscais, gerenciais ou políticas para recuperar suas escolas sem apoio direto do governo federal. Será necessário um programa nacional de apoio financeiro aos municípios para educação, usando recursos do Fundeb e do FNDE. Em alguns casos,

em cidades sem condições de atenderem suas crianças, o MEC precisa se dispor a adotar sistemas municipais inteiros;

e) *Apoio ao setor privado.*

Da mesma forma que abriu apoio às empresas médias e grandes da economia, o governo deverá criar uma linha de crédito específica para as escolas privadas; com financiamento pelo BNDES, pela CEF ou pelo BB.

f) *Implantação de Parcerias Público-Privadas.*

Com o apoio do MEC, Secretarias Municipais e Estaduais, o Sistema S e o Sebrae, implantar empresas privadas e cooperativas de professores que assumam escolas fechadas ou abram novas escolas.

g) *Implementação do ensino à distância.*

Aproveitando a adoção desta opção durante a quarentena, o MEC deve fortalecer as novas tecnologias de ensino remoto, tanto no apoio ao acesso de equipamento e software, quanto na formação e formatação do conceito de “*novaulas*”, com o uso de métodos que permitam aproveitar os recursos da teleinformática, dos sistemas de informação e de dados, e efeitos especiais, tornando as aulas mais lúdicas e mais eficientes no aprendizado.

#### 4. *As táticas para melhorar o sistema educacional*

a) *Aproveitar a aprovação do Fundeb.*

Se o Fundeb não tivesse sido aprovado, seria o colapso da já deficiente educação de base. O Fundeb já existe há 10 anos, o Fundef há 20. Não se pode imaginar que sua aprovação vai permitir um salto à educação de

base, mas o pequeno aumento de recursos e o atendimento do ensino na pré-escola podem permitir alguma melhoria na educação de base.

*b) Aumentar a remuneração dos professores, vinculando-a à melhoria na formação deles.*

Aumentar o valor do Piso Nacional do Magistério, levando em conta que muitos municípios precisam de auxílio para cumprirem esta obrigação legal. Daí a necessidade de aprovar o PLS 85/2018, que transfere a conta do Piso para o governo federal. Oferecer complementação federal de salários para os professores municipais que forem aprovados em avaliações, demonstrando evolução na formação, nos moldes de um programa implantado em 2003 pelo MEC.

*c) Ampliar programas criados pela reforma de 2017 para aumentar escolas com horário integral e ensino técnico.*

A reforma de 2007 para o ensino médio não vai provocar salto na qualidade da educação, mas vai provocar uma melhoria se suas propostas forem ampliadas – aumento de escolas com horário integral, mais formação profissional, mais liberdade para o aluno escolher suas disciplinas.

*d) Adoção pelo governo federal de alguns sistemas municipais em cidades que não tenham condições de oferecer educação com um mínimo de qualidade às crianças.*

Em alguns casos, não bastará o recurso do Fundeb nem participações federais; o governo nacional vai precisar intervir no sistema municipal. Essa intervenção tem ocorrido na segurança e nas finanças, precisa ocorrer para salvar a educação de crianças brasileiras.

e) *Implantação de cursos para formar professores.*

O Brasil melhoraria sua educação se as universidades fossem envolvidas em programas para aperfeiçoamento dos professores, também se fossem criados cursos normais dentro das escolas técnicas federais, com garantia de bolsa de estudos para os alunos, desde que assumissem a condição de ficarem pelo menos dois anos incorporados a algum sistema escolar, depois de formados;

f) *Comprometimento do Bolsa-Família com a educação, nos moldes da Bolsa-Escola.*

A Bolsa-Escola foi criada com o propósito de induzir a frequência às aulas por filhos de classes pobres; sua transformação em Bolsa-Família quebrou este papel. A melhoria exige a volta da exigência de frequência às aulas dos filhos, acrescentando a exigência do comparecimento dos pais à escola para reuniões com os professores.

g) *Disseminar e seguir boas experiências com andamento.*

O Brasil tem tido experiências municipais e estaduais. No passado, os Cieps do Rio de Janeiro, de Darcy Ribeiro e Brizola, poderiam ter sido levados para todo o país, como o presidente Collor tentou. Experiências atuais de Sobral (CE) e de Pernambuco devem contar com o apoio do MEC para serem replicadas.

## 5. *Estratégias para o salto: SEB – Salto Educacional de Base*

A aprovação do Fundeb é como descobrir uma vacina antes da epidemia: evita catástrofe, mas não melhora o quadro geral da saúde anterior a ela. Os programas executados ao longo de décadas para vencer problemas

imediatos ajudaram a melhorar, mas não permitiram o salto educacional para colocar o Brasil entre os países com educação de qualidade e para assegurar equidade educacional entre cidades e entre rendas familiares. Para tanto, seria necessária uma estratégia de 20 a 30 anos, com base em um conjunto de ações.

*a) Atrair os jovens mais brilhantes do país para a carreira de Magistério.*

A educação brasileira não estará entre as melhores do mundo enquanto o Brasil não conseguir atrair os seus jovens mais brilhantes para a carreira de magistério, desde quando eles ainda estejam no ensino médio. Para isto é preciso que eles contem com salário no nível das melhores carreiras tradicionais, que saibam que terão condições exemplares para o desempenho da profissão: edifícios escolares, equipamento, ambiente de paz e produtivo; sobretudo que farão parte e serão tratados como a elite do país.

*b) Adoção federal paulatina do Sistema Municipal de Educação Fundamental e Estadual do Ensino Médio – criando o conceito de Escola do Brasil, da mesma maneira que se tem o Banco do Brasil em cada cidade.*

Substituir ao longo de 20 ou 30 anos, por blocos de cidades, os frágeis sistemas municipais e estaduais por um robusto sistema federal. A adoção deverá ser voluntária para a cidade e no ritmo que for possível ao governo federal. O novo sistema consistirá em:

- Carreira Federal do Professor e demais Servidores da Educação com um salário capaz de atrair os melhores quadros, exigindo dedicação exclusiva ao magistério e à unidade educacional a que for assignado, substituir a estabilidade plena do professor por uma estabilidade responsável sujeita a avaliações periódicas;



- Edificações de qualidade, incluindo os espaços necessários às atividades de cultura e de esporte;
- Equipamentos escolares de qualidade, tanto na atividade diretamente em classe de aula quanto nas atividades extra-classe – culturais e esportivas – como também para as ferramentas das “*novaulas*” multimídias, com acesso ao acervo de dados e transmissão em rede;
- Implantação do horário integral;
- Incorporação dos professores municipais que não passarem à carreira federal, com o dobro do atual piso salarial do magistério em extinção;

*c) Criar o Ministério da Educação de Base.*

A municipalização condena a educação de base a poucos recursos fiscais e à abismal desigualdade entre eles. Enquanto um só ministério cuidar do ensino superior e da educação de base, esta será relegada pela administração nacional, que continuará canalizando quase todos seus recursos para o ensino superior. O salto educacional requer a criação de um Ministério de Educação de Base, capaz de coordenar todo o sistema educacional de ensino fundamental e médio.

*d) Adoção de ensino médio de quatro anos, com formação para a prática de uma atividade profissional a cada aluno.*

No mundo atual, o ensino médio deve assegurar a cada aluno o aprendizado de pelo menos um idioma estrangeiro com fluência, das bases matemáticas necessárias à familiaridade com a ciência, capacidade de ler, entender, resumir, criticar, gosto por textos de literatura, geografia, história, filosofia; desempenho de uma profissão que lhe permita sobreviver independentemente do curso universitário. O ensino médio precisa

passar capacidade para participar da vida social e política brasileira; conhecimento dos temas centrais do mundo contemporâneo na política, meio ambiente e migração. A extensão para quatro anos é essencial para oferecer a formação necessária e oferecer a vantagem de adiar por mais um ano o ingresso dos jovens no pós-escola e no mercado de trabalho.

*e) Implantar um sistema educacional para o ensino profissionalizante.*

Além da ampliação do ensino médio para quatro anos com a garantia de formação profissional universal, implantar um Sistema Nacional de Ensino Profissionalizante, pós-secundário e não universitário, por contribuição do Ministério de Educação de Base, com o Sistema S, com o Sebrae e com empresas privadas. O Sistema Nacional de Ensino Profissionalizante teria a função de espalhar cursos e estágios em áreas do conhecimento técnico por todo o país e para todas as idades.

*f) Criar a Agência Nacional para Crianças e Adolescentes.*

O Ministério da Educação de Base não consegue cumprir plenamente sua função se os governos não cuidarem das crianças em todos os setores. O Brasil dispõe de Agências Nacionais para Água, Energia, Petróleo, Transporte, mas não tem uma que defina regras e assessorie os governos e o setor privado nos aspectos relacionados aos cuidados das crianças e adolescentes. Esta agência é determinante para criar os fundamentos que sirvam à educação, no que se refere aos cuidados de saúde, diversão, cultura e cuidados em geral.

*g) Nas cidades ainda não adotadas pelo governo federal, indução ao uso de horário integral nos sistemas municipais.*

A implantação do Sistema Federal de Educação de Base, por cidades, exigirá algumas décadas para atingir todo o país. Ao longo deste período, nas cidades que ainda se manterão com os sistemas municipais, o

governo federal dará o apoio necessário para a implantação do horário integral e modernização do equipamento, usando os dispositivos já existentes, como o Fundeb.

*h) Promoção de leitura, por implantação de bibliotecas físicas e digitais, com tempo e incentivos para ler e debater livros.*

*i) Ao longo de dez anos, programa de erradicação do analfabetismo de adultos e de educação de jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade ideal.*

Sabe-se que a educação de cada criança depende do grau de educação de seus pais; por isso, o salto educacional para elas exige um programa de erradicação do analfabetismo entre os adultos.

*j) Criar um conselho de coordenação do ensino superior com a educação de base, para vincular as universidades com o Salto Educacional de Base.*

A criação do Ministério da Educação de Base, separado da gestão do ensino superior, exige a criação de um Conselho de Coordenação entre os dois blocos do Sistema Nacional de Educação: a educação de base e o ensino superior. Deste Conselho deverão fazer parte também as demais áreas públicas ligadas à Ciência e Tecnologia, assim como representantes do setor produtivo privado.

*k) Envolver os sistemas e empresas de telecomunicações, inclusive telefonia, radiotelevisão e redes sociais, com programas que lhes permitam fazer parte do Sistema Nacional de Educação.*

Cada vez mais a educação será um processo executado por um espaço muito mais amplo do que o sistema escolar: a educação vai exigir que os sistemas de comunicação, público ou privado, as empresas de telefonia e todo o aparelhamento de telecomunicações sejam vetores

educacionais, dentro de suas características privadas, mas como parte de um serviço público.

*l) Ampliar ao máximo o ensino e a prática de ciência, desde os primeiros anos do ensino fundamental.*

*m) Aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional.*

*n) Reverter o Bolsa-Família para as características do Bolsa-Escola e adotar o programa Poupança Escola, com o depósito de um valor anual ao aluno que for aprovado no final do ano letivo, para que ele receba quando terminar o ensino médio;*

*o) Envolver as famílias no processo educacional, com a obrigatoriedade de os pais frequentarem reuniões de pais e mestres nas escolas dos filhos, nos mesmos moldes da obrigatoriedade do voto;*

*p) Nos moldes do CPF para as finanças públicas, criar o CPNE – Cartão Pessoal Nacional de Acompanhamento Escolar para cada criança.*

## *6. Estratégias para o salto: SEB – Salto Educacional de Base*

Ao mesmo tempo que define uma estratégia de médio prazo para dar o Salto Educacional, o Brasil precisa se preparar para a revolução em marcha em função das novas técnicas disponíveis. Para isto, é preciso iniciar o processo de substituição das *aulas teatrais* de hoje por um novo conceito de “*novaulas*”, capaz de incorporar todas as vantagens lúdicas e pedagógicas das novas mídias e usar as novas possibilidades de redes

para preparar os alunos do futuro, na formação à distância por meio de *aulas cinematográficas*.

A epidemia despertou na opinião pública a pergunta feita há décadas por especialistas em educação: se o ensino à distância substitui o ensino com a presença física do professor. Isto equivale à pergunta, no começo do século XX, se o cinema substituiria o teatro.

O processo mostrou que não substituiu no sentido de eliminar; o cinema complementou o teatro, como uma nova arte adicional e como o vetor da democratização da arte dramática. Adquiriu uma linguagem diferente da teatral e passou a ser acessível a um número maior de interessados. O cinema não é teatro filmado, nem fica restrito a quem está na presença do ator.

Se tivesse se limitado a apenas filmar e levar para o mundo cada peça teatral executada no palco, o cinema teria dado uma contribuição à democratização da arte teatral, mas não seria a “*novarte*” que seus equipamentos permitiram. O mesmo vale para as aulas remotas. Graças à filmagem de aula na sala, os alunos de um povoado distante terão o direito de assistir às aulas de um professor, mesmo se não morarem na cidade onde ele ensina, mas esta filmagem é um desperdício se não usar os recursos que as tecnologias modernas oferecem para uma nova linguagem e um novo tipo de aula, não mais teatral, mas cinematográfica. Elas permitem, muito mais do que transmitir aulas, também usar os novos métodos e equipamentos:

- as multimídias com suas dinâmicas;
- os imensos arquivos de dados e de imagens;
- a computação para manejar estes arquivos e levá-los aos alunos;
- os efeitos especiais que podem fazer as aulas mais lúdicas e eficientes na construção do conhecimento;
- a disseminação em rede destas novas aulas cinematográficas;

- interação constante entre professores e alunos, utilizando-se os algoritmos da inteligência artificial, como o “avatar” do professor;
- no lugar da aula teatral, a “*novaula*” será uma Peça Inteligente Cinematográfica com Linguagem Educacional em Rede.

A pergunta não é se dá ou não para ter aula sem a presença do professor na sala, mas como dar ao professor o acesso às novas tecnologias para fazer a metamorfose da *aula teatral* para a *aula cinematográfica*. A epidemia trouxe a toda a população o debate que há décadas é feito por especialistas, mas deixou este debate ainda restrito à emergência e à simples transmissão à distância da mesma aula presencial por professor. O momento permite o salto do quadro negro para a produção de um novo tipo de aula, tanto quanto a filmagem permitiu o cinema.

Para isto, o ensino à distância vai precisar encontrar sua linguagem, diferente da aula presencial. O próprio conceito de aula deve ser substituído e outra palavra vai surgir para uma “*novaula*” que indique a Peça Inteligente Cinematográfica com Linguagem Educacional em Rede – PICLER –, que fará a intermediação pedagógica entre professor e aluno, da mesma forma como o filme faz a intermediação dramaturgica entre o ator e o espectador, usando roteirista, iluminador, cinegrafista e programador digital. O mais importante do ensino à distância não é poder ser remoto, é ter uma aula diferente: não apenas filmada e transmitida, mas usando os recursos disponíveis, e utilizando a inteligência artificial para promover o debate que constrói e transmite conhecimento entre professores, alunos, sociedade em geral e as máquinas que servem de intermediação.

A “*novaula*” – PICLER – vai exigir o envolvimento direto de pelo menos quatro profissionais:

- 1) o *professor-roteirista*, conhecedor de campo específico de conhecimento, que fará o roteiro da “*novaula*”, da Peça Inteligente Cinematográfica com Linguagem Educacional em Rede;
- 2) um *professor-antena*, que sabe localizar informações e organizar dados e imagens nos acervos e multimídia, que será o *diretor de cena* para transformar o roteiro da aula em uma “*novaula*” com os recursos, inclusive de efeitos especiais, que façam a peça lúdica e instrutiva – com ou sem a presença visual do professor roteirista;
- 3) um *professor-irradiador*, especialista em redes para permitir que a peça seja divulgada com interação entre alunos e professores; e
- 4) o *professor-avatar*, um algoritmo que interaja com os alunos, independentemente do número, para responder questões e fazer avançar o conhecimento.

As tecnologias de hoje já permitem substituir as velhas aulas teatrais por estas “*novaulas*” cinematográficas, da mesma forma que o quadro negro, quando inventado no século XVIII pelo escocês James Pillans, permitiu a substituição da tutoria greco-romana, quase individualizada e sem intermediação, pelas aulas nos moldes como são até hoje, aumentando apenas o número de alunos, graças ao uso do desenho com giz. Mas sem recursos de movimento, nem de multimídia, nem de rede, ainda menos da inteligência artificial, que permite a cada “*novaula*” ser interativa com perguntas e respostas entre número ilimitado de participantes.

## *A difícil, mas possível, equação da reabertura das escolas*

*por Priscila Cruz e Olavo Nogueira Filho*

A pandemia tem demandado discussões complexas e inéditas, mas poucos debates têm sido tão tomados por posições parciais e reducionistas como o do retorno às aulas presenciais. De um lado há quem diga que, dado o risco de aumento de contaminações e o receio das famílias, escolas só devem reabrir depois de todos vacinados (a OMS acaba de anunciar previsão de vacinação em massa apenas em 2022). De outro, há a defesa de que o pior já passou e, ante os brutais impactos educacionais e sociais e as limitações do ensino remoto, já demoramos demais para retornar. Dessa disputa deriva o grave impasse observado País afora.

Com efeito, ambas as posições contêm elementos de verdade e, portanto, não é honesto um debate que as desprezasse. Mas como buscar uma saída em prol dos estudantes e que compatibilize posições aparentemente antagônicas?

Primeiro, é preciso dizer que a relutância da população em relação ao retorno, revelada em pesquisas de opinião, é compreensível.

Muitas autoridades públicas, ainda que nem todas, não têm gerado confiança, tanto do ponto de vista do controle da pandemia quanto da segurança sanitária nas escolas. Para piorar, há um crescente movimento oportunista e partidarizado que relativiza o direito das crianças e dos jovens à educação de qualidade, explicitado por variações da frase “não haverá grande prejuízo no retorno só no ano que vem”.

Segundo, há de ser enfatizado que a premissa básica para uma reabertura segura é o controle da pandemia. A preservação de vidas é condição fixa e cabe às autoridades de saúde definir o momento adequado



para o retorno em cada região. Em outros países isso tem se mostrado possível quando a pandemia está em declínio e em patamar muito baixo.

O Brasil, porém, fez escolhas ruins que nos colocaram na dramática situação atual: na maior parte do País, seis meses de escolas fechadas até agora, um dos maiores períodos em todo o mundo, consequência do fraco enfrentamento da crise sanitária, negligenciada especialmente pelo governo federal e com quarentenas pouco rigorosas. Além disso, a reabertura maciça de setores menos essenciais – como bares, shoppings e praias – colabora para manter a pandemia em nível ainda alto em muitos locais. Como não questionar isso?

Diante desse contexto, a saída em benefício dos alunos, em especial dos mais vulneráveis, passa pela mudança na abordagem do problema e por uma ação governamental muito mais vigorosa.

Em vez de seguirmos no embate inócuo entre reabrir ou não as escolas – novamente, assunto da saúde –, o foco deve estar em como se prepararem para reabrir assim que for seguro. Nesse sentido, a decisão de alguns prefeitos e governadores, faltando ainda quatro meses para o fim do ano, de jogar a discussão para o ano que vem é precisamente o que não deve ser feito. Isso porque em algumas dessas regiões o estágio da pandemia pode permitir o retorno ainda este ano.

Além disso, o simples anúncio de retorno só em 2021 enfraquece o senso de urgência das inúmeras providências necessárias para a eventual reabertura. No âmbito municipal, a consequência é ainda mais grave: com eleições à porta, e uma média histórica em que pouco mais da metade dos prefeitos se reelegem e 80% de secretários de Educação são substituídos, teremos um enorme contingente de municípios com novas gestões assumindo em janeiro e que, naturalmente, precisarão de tempo para se organizar. Chegaremos a 12 meses com escolas fechadas em locais onde a reabertura segura poderia ter sido antes?

Não obstante a ausência de diretrizes e apoio do Ministério da Educação, alguns governantes não se renderam ao caminho fácil. Mesmo diante dos riscos políticos, preparam-se para reabrir assim que for possível (em alguns locais a retomada já foi iniciada). Atuam para garantir condições físicas e sanitárias nas escolas e planejam a desafiadora resposta educacional: ações intersetoriais de combate à evasão, protocolos pedagógicos e de acolhimento, revisão do calendário escolar, formação dos profissionais da educação, avaliação diagnóstica dos alunos e programas de recuperação – para citar as principais.

Além disso, são lideranças que usam a comunicação e o diálogo como instrumentos de gestão, engajamento e pactuação. Vale observarmos as experiências de Rondônia, Goiás e Mato Grosso do Sul com os Gabinetes de Articulação para o Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia na Educação (Gaepes), que definem ações coordenadas envolvendo Executivo, Legislativo, sistema de Justiça e representações dos professores e famílias. Na esfera municipal há também esforços similares, como em Londrina (PR), com o Comitê de Estudo para a Retomada das Aulas Presenciais. É, sem dúvida, muito mais trabalhoso, mas tal estratégia facilita a construção de soluções sistêmicas, consistentes e mobilizadoras. Aumentam-se, assim, as chances de resultados promissores.

Para o observador atento, que desconfia das soluções fáceis, há caminhos, embora exijam compromisso diligente. Ainda dá tempo de reagir, mas não muito. As decisões tomadas em 2020 vão ecoar por muitos anos.

Secretaria de Editoração  
e Publicações





**Cristovam Buarque**

**Ex-Senador**



**Priscila Cruz**

**Todos pela Educação**



**mediador**

**Randolfe Rodrigues**

**Senador**



Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)



Baixe gratuitamente este livro em seu celular

SENADO FEDERAL

